



Juventudes rurais

Mapa de estudos recentes

Nilson Weisheimer

MDA/NEAD Brasília, 2005 Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

MIGUEL SOLDATELLI ROSSETTO

Ministro de Estado do

Desenvolvimento Agrário

GUILHERME CASSEL

Secretário-Executivo do Ministério

do Desenvolvimento Agrário

ROLF HACKBART

Presidente do Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária

VALTER BIANCHINI

Secretário de Agricultura Familiar

Eugênio Peixoto

Secretário de Reordenamento Agrário

José Humberto Oliveira

Secretário de Desenvolvimento Territorial

CAIO GALVÃO DE FRANÇA

Coordenador-Geral do Núcleo de Estudos

Agrários e Desenvolvimento Rural

NEAD ESTUDOS 7

Copyright © 2005 by MDA

Projeto gráfico, capa e diagramação

Márcio Duarte – M10 Design Gráfico

REVISÃO

Rejane de Meneses e Yana Palankof

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

www.mda.gov.br

Núcleo de Estudos Agrários e

Desenvolvimento Rural (NEAD)

SCN, Quadra 1, Bloco C, Ed. Trade Center,

5º andar, sala 501

CEP 70711-902 Brasília/DF

Telefone: (61) 3328 8661

www.nead.org.br

PCT MDA/IICA - Apoio às Políticas e à Participação

Social no Desenvolvimento Rural Sustentável

W427j Weisheimer, Nilson.

Juventudes rurais: mapa de estudos recentes / Nilson Weisheimer.

- Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

76 p.; 21 x 28 cm. – (Estudos Nead; 7).

1. Juventude rural – bibliografia – 1990-2004 - Brasil

I. Título II. Série

CDD 305.2351734

Apresentação

dos jovens que vivem no meio rural brasileiro resulta em diferentes inserções produtivas, de acesso a serviços públicos e diferentes padrões de sociabilidade. Esses jovens compartilham os desafios que a agricultura familiar e os assentados e assentadas da reforma agrária encaram para garantir sua autonomia econômica e a melhoria das suas condições de vida. Diante da falta de novas oportunidades de trabalho e renda que marcam historicamente esse setor, alguns desses jovens migram para as cidades. Envelhecimento da população rural, quebra dos mecanismos de hereditariedade e concentração da terra são alguns de seus efeitos.

Mas esse quadro vem mudando. As demandas da juventude, seja urbana seja rural, passaram a ser reconhecidas como importantes e legítimas e a ser incorporadas pelo Estado e, mesmo, pelos movimentos sociais, no bojo de um processo em que novas dimensões passaram a ser consideradas como estruturantes da dinâmica social. Ainda nos anos 1990, passaram a integrar as pautas de reivindicações e as agendas políticas de entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf) e o Movimento dos Sem-Terra (MST). Estruturas internas específicas foram criadas, e o protagonismo desse segmento passou a ser estimulado.

Em 2005, o governo federal criou a Secretaria Nacional de Juventude com o propósito de coordenar políticas e ações voltadas para promover a participação econômica e social dos jovens. No âmbito das políticas de desenvolvimento rural e de geração de emprego e renda, várias ações estão sendo implementadas, envolvendo vários ministérios, entre os quais o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Trabalho e Emprego. O Plano da Safra da Agricultura Familiar criou uma linha especial de crédito, o Pronaf Jovem; está em execução o Programa Nossa Primeira Terra, linha do Programa Nacional de Crédito Fundiário, ação que integra o II Plano Nacional de Reforma Agrária. Jovens estão sendo formados como agentes de desenvolvimento territorial, e no Programa Arca das Letras, os jovens atuam como agentes de leitura. Em parceria com a sociedade civil, foi criado o Consórcio Social da Juventude Rural, para oferecer formação e qualificação profissional aos jovens, associado à implantação de inovações tecnológicas.

A presente publicação da Série NEAD Estudos articula-se com essas iniciativas e propõe-se a dar visibilidade às discussões presentes e apropriar-se do

conhecimento produzido por um conjunto de estudos e pesquisas que focalizam a temática da juventude rural, buscando desvendar esse universo em suas múltiplas faces, contribuir para qualificar a participação social dos atores e para aprofundar a compreensão sobre a própria dinâmica do meio rural brasileiro.

Resultado de trabalho desenvolvido para o NEAD pelo professor Nilson Weisheimer, mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a publicação apresenta um qualificado panorama do debate acadêmico brasileiro sobre a temática da juventude rural no período de 1990 a 2004.

No texto *Estudos sobre a juventude rural no Brasil* são apresentados os resultados da análise das publicações selecionadas para este trabalho, oferecendo ao público um quadro desse campo de investigação, por meio do mapeamento das pesquisas sobre o tema no Brasil. Inovando ao trazer uma abordagem quantitativa dos trabalhos referenciados via Internet (principal fonte do estudo), o texto permite observar, no período estudado, a evolução dessas obras por tipos de publicação e instituições nas quais foram produzidas, além do recorte estadual dessa produção e das principais linhas temáticas e abordagens teóricas. Por fim, numa análise apurada dessa produção, o autor aponta consensos e principais limitações dos estudos realizados nesse período.

O Catálogo temático de bibliografias traz as referências completas e os resumos da produção bibliográfica do período, organizada por eixos: 1) Juventude e educação rural, 2) Juventude rural, identidades e ação coletiva, 3) Juventude rural e inserção no trabalho e 4) Juventude e reprodução social da agricultura familiar. Apresentado dessa maneira, o Catálogo é de fácil consulta e certamente constituir-se-á em importante fonte de pesquisa e orientação bibliográfica para os interessados nos estudos sobre juventudes rurais.

Este trabalho propõe-se como um primeiro esforço (e não conclusivo) no sentido da sistematização e da disseminação ampla e qualificada dessa produção teórica que envolve áreas do conhecimento, como a administração, a economia, passando pela extensão rural, engenharia florestal, desenvolvimento agrário e rural, serviço social, educação, antropologia e sociologia, revelando as juventudes rurais nas mais diversas dimensões e contribuindo para romper com a "invisibilidade" dos próprios jovens rurais. �

CAIO GALVÃO DE FRANÇA

Coordenador-Geral NEAD - MDA

FABIANO KEMPFER

Sumário

I. Juventude e educação rural 37

II. Juventude, identidades e ação coletiva

III. Juventude rural e inserção no trabalho

IV. Juventude e reprodução social na agricultura familiar **61**

	Estudos sobre a juventude rural no Brasil: mapeando o debate acadêmico (1990-2004) 6			
	Introdução 7			
l.	Mapeando as pesquisas sobre a juventude rural no Brasil 9			
II.	Estudos sobre a juventude rural: identificando as linhas temáticas 13			
III.	Jovens rurais: entre definições teóricas e categorias empíricas 20			
	Considerações finais 27			
	Bibliografia 30			
	Catálogo temático de bibliografias: juventude rural no Brasil (1990-2004) 36			

42



MAPEANDO O DEBATE ACADÊMICO (1990-2004)

A realização do levantamento bibliográfico contou com a colaboração da Prof.ª Dr.ª Anita Brumer, do Departamento de Sociologia da UFRGS, de suas bolsistas de iniciação científica Analisa Zorzi e Milena Nunes, e da antropóloga Ana Paula Comin de Carvalho, às quais registro meus agradecimentos.

Introdução

OBJETIVO DO PRESENTE ARTIGO É MAPEAR E DISCUTIR O conhecimento produzido sobre juventude rural no período de 1990 a 2004,¹ com o propósito de esboçar o "estado da arte" nesse campo de investigação. Entre outros aspectos, estamos interessados em identificar a organização regional dessa produção, as temáticas privilegiadas, as abordagens teóricas utilizadas para a categorização da juventude e, ao final, apresentar os consensos e os limites desses estudos.

Quando os pesquisadores brasileiros voltam seu olhar para a especificidade dos jovens que vivem no meio rural, dois aspectos chamam a atenção: sua participação nas dinâmicas migratórias e a persistência da invisibilidade social dessa juventude.

Conforme os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao censo de 2000, há 34.081.330 jovens com 14 a 24 anos de idade no Brasil, mas apenas 18% deles residem no meio rural. Ainda segundo este Instituto, de 1991 a 2000 houve uma redução de 26% da população jovem no meio rural. Os processos migratórios respondem pelo esvaziamento e pela masculinização da população rural. Os indicadores demográficos do IBGE têm sido utilizados para demonstrar a transformação social que vem ocorrendo no Brasil nos últimos cinqüenta anos. Em 1950, a população residente em zonas rurais correspondia a 63,8% da população total brasileira. Já no ano de 2000, essa proporção havia caído para 18,8% do total da população do país. É importante perceber que, na década de 1950, o contingente que mais migrou correspondia à faixa dos 30 aos 39 anos de idade. Já nos anos 1990, ocorreu um deslocamento populacional principalmente na faixa etária de 20 a 24 anos (Abramovay e

1 Optamos por restringir nossa reflexão às pesquisas produzidas nos últimos 14 anos a fim de privilegiar o debate acadêmico contemporâneo sobre juventude rural. No entanto, acreditamos contemplar discussões anteriores na medida em que estas se encontram presentes nas críticas e nas tentativas de superação nos atuais estudos.

Camarano, 1999). Além do predomínio juvenil, outra característica importante desse movimento migratório recente é a participação feminina. As mulheres migram mais que os homens, representando 52% do total da migração jovem. De acordo com o censo de 1991, para o total do Brasil, enquanto 20,8% dos jovens do sexo masculino entre 15 e 24 anos de idade eram migrantes, para as moças dessa mesma faixa etária a proporção de migrantes era de 24,2% (Baeninger, 1998: tab. 14, p. 46). Ou seja, conforme esses dados, configura-se um predomínio juvenil e feminino no processo migratório rural—urbano.

A "situação de invisibilidade" a que está sujeito esse segmento da população se configura numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que dessa forma esses jovens não se tornam sujeitos de direitos sociais e alvos de políticas públicas, inviabilizando o rompimento da própria condição de exclusão.² Nesse contexto, a juventude rural aparece como um setor extremamente fragilizado de nossa sociedade. Enquanto eles permanecerem invisíveis ao meio acadêmico e ao sistema político, não sendo socialmente reconhecidos como sujeitos de direitos, dificilmente serão incluídos na agenda governamental. Até que essa inclusão ocorra, o que se tem são "estados de coisas": situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação ou perigo, que atingem os grupos de jovens rurais, sem chegar a compor a agenda governamental ou mobilizar as autoridades políticas (RUA, 1998). O atual "estado de coisas" implica negação do direito básico de ter tratamento e oportunidades iguais, ou seja, representa a negação da cidadania para a juventude do meio rural. Esse segmento, sob muitos aspectos, não acessa nem usufrui do conjunto de direitos básicos que estruturam a condição de cidadão. Não é exagero dizer que os jovens rurais brasileiros não gozam do direito à cidadania quando se trata de admiti-los como sujeitos ou atores políticos com direito de participar das decisões que afetam sua vida e seu futuro. Além disso, da perspectiva dos direitos sociais, mesmo os mais elementares, essa juventude convive com diversas situações de não-reconhecimento, preconceitos, marginalidade e exclusão.

Essas duas dimensões, invisibilidade e migração, parecem fortalecer-se mutuamente, criando um círculo vicioso em que a falta de perspectivas tira dos jovens o direito de sonhar com um futuro promissor no meio rural. Assumindo o desafio de reverter esse processo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), propôs-se à realização de um balanço do debate acadêmico brasileiro sobre a juventude rural. A idéia consiste em promover a construção de um conhecimento crítico acerca da realidade desse segmento da população com o objetivo de instruir a formulação de novas políticas públicas e ações estratégi-

2 "La invisibilidad es uno de los aspectos más nefastos de la exclusión social, y a que su vez contribuye a perpetuar la exclusión" [Durston, 1997: 07].

cas específicas para esses jovens, na perspectiva de incluí-los nos projetos de desenvolvimento rural e agrário.

Caracterizadamente bibliográfico e restrito à produção acadêmica disponível na rede mundial de computadores (Internet), este estudo baseou-se na análise de resumos de teses, dissertações, livros e artigos publicados em revistas ou anais de congressos científicos de diferentes áreas, localizados nas seguintes fontes: na busca de teses e dissertações recorremos aos catálogos *on-line* do banco de teses da Capes; Dedalus; BDTD e aos *sites* de todas as universidades brasileiras, nos quais procuramos acessar as bibliotecas e contatamos os programas de pós-graduação. Na localização dos artigos, utilizamos o portal de periódicos Capes, os *sites* das associações científicas (ABA, Anped, Anpocs, Anppas, SBS e Sober); ScIELO; Ibict-CCN; Google; Amazom e Biblioteca Nacional.

O critério de classificação e seleção do material para compor nosso banco de dados procurou seguir um padrão bastante rigoroso. O catálogo foi formado exclusivamente por trabalhos e pesquisas teóricas ou empíricas que têm como objeto de estudo os jovens do meio rural. Assim, foi descartada grande quantidade de material com outros temas e objetos, mesmo que correlatos ao nosso, como é o caso da educação rural, do trabalho infantil e mesmo dos jovens do meio urbano. É necessário que se mencione a dimensão inicial deste estudo, de caráter ainda exploratório, cujos resultados não nos permitem mais do que esboçar um primeiro mapeamento dos estudos recentes sobre a juventude rural no Brasil.

O texto está organizado em três tópicos. No primeiro, procuramos mapear o volume e as universidades onde foram realizadas as pesquisas sobre os jovens rurais no Brasil. No segundo, buscamos identificar as linhas temáticas privilegiadas nesses estudos. No terceiro propomo-nos a discutir as abordagens conceituais empregadas nas diferentes categorizações das juventudes. Reservamos as considerações finais para apontar os principais consensos e os limites das pesquisas desse campo de conhecimento.

I. Mapeando as pesquisas sobre a juventude rural no Brasil

Foi identificado em nosso levantamento um total de cinqüenta trabalhos realizados por cerca de 36 pesquisadores brasileiros. Como pode ser observado no Gráfico 1, entre o total de trabalhos encontram-se duas teses de doutorado, três livros, 18 dissertações de mestrado e 27 artigos publicados em periódicos ou anais de congressos científicos. Esses dados demonstram que as pesquisas sobre juventude do meio rural não constituem uma produção expressiva em termos de volume, uma vez que não chegam a compor quatro trabalhos por

ano no período de 1990 a 2004. Logo, confirma-se que os jovens rurais têm estado invisíveis para a maioria dos pesquisadores brasileiros, constituindo-se em um objeto ainda pouco estudado.



Fonte: Levantamento de dados, outubro/2004.

Buscando visualizar a distribuição temporal com que aparecem os trabalhos identificados, construímos a Tabela 1.

 Tabela 1
 Ano e tipo de publicação em termos absolutos

Tipo de publicação					
Ano	Artigo	Dissertação	Livro	Tese	Total
1992	0	1	0	0	1
1996	0	1	0	0	1
1998	1	1	1	0	3
1999	2	0	0	0	2
2000	1	7	0	0	8
2001	1	2	1	0	4
2002	8	2	0	1	11
2003	9	2	1	1	13
2004	5	2	0	0	7
Total	27	18	3	2	50

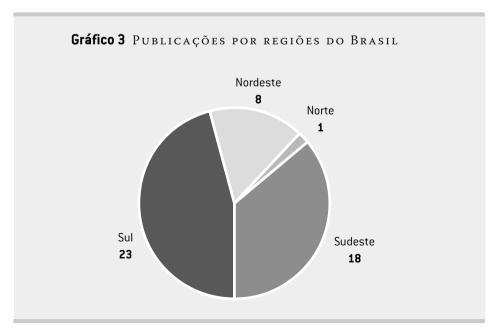
Fonte: Levantamento de dados, outubro/2004.

Constata-se, ao longo do período investigado, uma contínua produção de dissertações de mestrado que versam sobre a juventude no meio rural, registrando-se um pico desse tipo de trabalho acadêmico no ano de 2000, quando encontramos sete dissertações defendidas. Chama igualmente a atenção o expressivo volume de artigos publicados mais recentemente, nos anos de 2002 e 2003. Isso ocorre em virtude do Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (Alasru), realizado em Porto Alegre no ano de 2002, e do Congresso Brasileiro de Sociologia, promovido pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) em 2003, na cidade de Campinas. Percebe-se que a produção acadêmica sobre juventude rural vem registrando um paulatino aumento, que já se fazia notar no final da década de 1990. Essa tendência intensificou-se nos primeiros anos do século XXI, uma vez que, do total dos trabalhos reunidos em nosso levantamento, 86% foram publicados no período entre os anos de 2001 e 2004. Essas informações demonstram que, apesar de serem ainda poucos os estudos, vem ocorrendo uma ampliação do interesse sobre o tema indicando uma tendência de consolidação desse campo de investigação. Esse movimento de expansão dos trabalhos sobre a juventude rural pode ser mais bem observado no Gráfico 2.



Fonte: Levantamento de dados, outubro/2004.

A Tabela 2 e o Gráfico 3, na seqüência, mostram a distribuição dos estudos sobre a juventude rural por instituições brasileiras e por regiões do Brasil. Há uma disseminação desses estudos por um total de vinte universidades das regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil. Entre estas, destacam-se a UFRGS e a UFRRI como as que apresentaram maior volume de trabalhos publicados no período em análise. Considerando apenas as dissertações e as teses, percebe-se um equilíbrio entre seis universidades, a saber: a UFPB, com três dissertações; a UFRGS, com duas dissertações; a UFRRJ, com uma dissertação e uma tese; a UFSC, com uma dissertação e uma tese; a UFSM, com duas dissertações; e a USP, com duas dissertações. Verifica-se a concentração dos estudos nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. São elas que concentram o maior número de universidades, o que pode explicar a ausência de registros no Centro-Oeste brasileiro e a ocorrência de apenas uma dissertação na região Norte. Além disso, existem outros fatores que contribuem para essa situação. O predomínio de pesquisas na região Sul do país deve estar relacionado à importância que tem a agricultura de base familiar, que representa 90,5% do total dos estabelecimentos agrícolas nessa região.³ Em decorrência disso, tem-se a formação de grupos de pesquisa e um maior detalhamento das populações rurais, fazendo emergir análises sobre essa juventude. Deve ser considerado ainda o fato de que os dois congressos anteriormente referidos, que elevam o volume de publicações sobre a juventude rural, ocorreram nas regiões Sul e Sudeste, favorecendo assim a participação de pesquisadores dessas duas regiões.



3 Fonte: Censo Agropecuário 1995-1996 – IBGE.

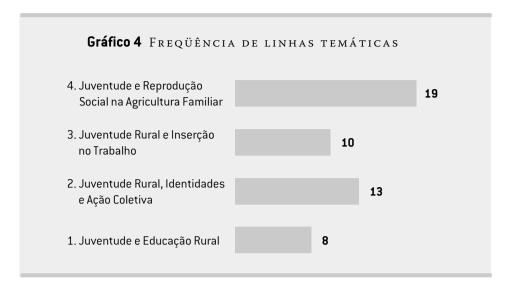
Fonte: Levantamento de dados, outubro/2004.

Tabela 2 Instituições brasileiras e tipos de publicação

Tipo de publicação					
Instituições Artigo		Dissertação	Livro	Tese	TOTAL
Epagri/NEAD	0	0	1	0	1
Deser	1	0	0	0	1
PUC/RJ	0	1	0	0	1
UEL	0	1	0	0	1
UERGS	1	0	0	0	1
UES	1	0	0	0	1
UFC	0	1	0	0	1
UFPA	1	0	0	0	1
UFPB	1	3	0	0	4
UFPE	2	0	0	0	2
UFPR	0	1	1	0	2
UFRGS	6	2	0	0	8
UFRJ	3	0	0	0	3
UFRRJ	4	1	0	1	6
UFSC	2	1	0	1	4
UFSM	1	2	0	0	3
UFV	0	1	0	0	1
Unicamp	2	1	0	0	3
Unisc	1	1	0	0	2
UPF	1	0	0	0	1
USP	0	2	1	0	3
Total	27	18	2	2	50

II. Estudos sobre a juventude rural: identificando as linhas temáticas

A partir da análise dos resumos dos trabalhos encontrados, tornou-se possível identificar quatro linhas temáticas gerais que norteiam o desenvolvimento das pesquisas sobre a juventude rural no país, a saber: 1) *Juventude e Educação Rural*; 2) *Juventude Rural, Identidades e Ação Coletiva*; 3) *Juventude Rural e Inserção no Trabalho*; e 4) *Juventude e Reprodução Social na Agricultura Familiar*. Encontrase no Gráfico 4 a distribuição da freqüência dessas linhas temáticas.



Predominam os trabalhos que buscam compreender as relações entre a juventude e os processos de reprodução social da agricultura familiar, registrando-se 19 casos. A segunda maior ocorrência encontra-se no grupo temático que reúne as pesquisas sobre juventude, identidade e ação coletiva, com 13 indicações. Foram localizados ainda dez trabalhos que abordam a juventude rural e a inserção no trabalho. O grupo temático que articula juventude e educação rural aparece com oito títulos relacionados.

Observa-se a seguir, na Tabela 3, a distribuição de linhas temáticas por regiões do Brasil. Tais dados permitem-nos identificar as diferenças regionais e quais são os recortes analíticos predominantes em cada lugar.

Na região Nordeste, há um destaque para a temática 2) *Juventude Rural, Identidades e Ação Coletiva*. Isso se deve provavelmente à relevância política dos movimentos sociais no campo e às experiências de assentamentos rurais ali desenvolvidas.

No Norte do Brasil, o único trabalho localizado corresponde ao grupo temático 1) *Juventude e Educação Rural*. Trata-se de um estudo que enfatiza os saberes tradicionais das populações ribeirinhas e sua relação com o conhecimento escolar.

Na região Sudeste, a linha temática 2) *Juventude Rural, Identidade e Ação Coletiva* divide a atenção dos pesquisadores com o tema 1) *Juventude e Educação Rural* e o grupo temático 4) *Juventude e Reprodução Social na Agricultura Familiar*.

Por fim, na região Sul do Brasil, identificamos um predomínio da linha temática 4) *Juventude e Reprodução Social na Agricultura Familiar*, seguido pela linha temática 3) *Juventude Rural e Inserção no Trabalho*.

Tabela 3 Distribuição de linhas temáticas por regiões do Brasil

	REGIÃO				
Linhas temáticas	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	BR
1. Juventude e Educação Rural		1	5	2	8
2. Juventude Rural, Identidades e Ação Coletiva	4	0	6	3	13
3. Juventude Rural e Inserção no Trabalho	2	0	2	6	10
4. Juventude e Reprodução Social na Agricultura Familiar	2	0	5	12	19
Total	8	1	18	23	50

Na Tabela 4, identificamos as áreas de concentração dos pesquisadores que efetuam os estudos sobre a juventude rural e as linhas temáticas de seus trabalhos. Devemos destacar que os jovens rurais têm sido objeto de diferentes áreas do conhecimento universitário, como se verifica pela identificação de nove áreas de concentração dos pesquisadores, correspondentes aos cursos de pós-graduação e às áreas de formação.

A sociologia apresenta o maior número de trabalhos, concentrando-se nas linhas temáticas 4) Juventude e Reprodução Social na Agricultura Familiar e 2) Juventude Rural e Inserção no Trabalho. Nas pesquisas realizadas no âmbito da antropologia, segunda em volume de publicações, o grupo temático 4) Juventude e Reprodução Social na Agricultura Familiar também é predominante, ao qual se segue a temática 2) Juventude, Identidades e Ação Coletiva. A educação e o desenvolvimento rural ou agrário aparecem como áreas de conhecimento que também apresentam um volume relativamente expressivo de estudos sobre a juventude rural. Entre esses dois, o primeiro, como era de se esperar, concentrase no grupo 1) Juventude e Educação Rural, enquanto o segundo divide-se entre os grupos temáticos 4 e 2. Os estudos desenvolvidos no âmbito da extensão rural distribuem-se por todos os grupos temáticos. Os estudos realizados na área de serviço social dividem-se entre os temas 2, 3 e 4.

Tabela 4 Área de concentração dos pesquisadores e linhas temáticas das publicações em termos absolutos

ÁREAS DE	Linhas temáticas				
CONCENTRAÇÃO	1.	2.	3.	4.	Total
Administração	1	0	0	0	1
Antropologia	0	2	1	4	7
Ciências florestais	0	1	0	0	1
Comunicação	0	1	0	0	1
Desenvolvimento	0	2	1	3	6
Economia	1	0	0	1	2
Educação	5	1	0	0	6
Extensão rural	1	1	2	2	6
Filosofia	0	1	0	0	1
Serviço social	0	2	1	1	4
Sociologia	0	2	5	8	15
Total	8	13	10	17	50

Nos textos reunidos no grupo temático 1) Juventude e Educação Rural, encontramos basicamente dois focos de investigação. O primeiro concentra-se na inserção dos jovens na rede pública de educação. Demonstram que há um descompasso entre um modelo educacional que tem como paradigma as sociedades industriais urbanas em relação às necessidades específicas dos jovens rurais. Ao mesmo tempo em que a escola aparece distanciada do trabalho agrícola, introduz na cultura local os valores e os estilos de vida urbanos. Eles analisam ainda as percepções e os significados atribuídos à educação pelos jovens rurais, segundo os quais estudar é visto como uma condição necessária para viabilizar sua futura inserção no mercado de trabalho urbano. Constatam que entre os jovens são as mulheres que vivem mais intensamente esse processo (CAMPOLIN, 2000; FREIRE, 2002; SILVA, 1992; SILVA, 2000, 2002; TURQUINO, 2003). O segundo conjunto de pesquisas focaliza a participação dos jovens em diferentes projetos de capacitação e formação profissional que envolvem os filhos de agricultores familiares. As distintas experiências são investigadas a partir do impacto social e econômico que geram e suas consequências sobre a permanência do jovem no campo. Em comum, concluem que após participarem desses programas os jovens demonstram mais disposição em permanecer nas atividades agrícolas e ou agroindustriais, incorporam conhecimentos que são aplicados em suas unidades produtivas, geralmente com a introdução de novas técnicas, resultando em mudanças nas condições materiais das famílias, o que possibilita assim a redução da tendência de migração e da evasão escolar. Demonstram que esses projetos fortalecem as identidades desses jovens como agricultores ou como empreendedores e empresários rurais — o que varia conforme as bases ideológicas que motivam essas iniciativas (ESTEVAM, 2001; MANHANI, 2000). No conjunto, percebemos a emergência de dois modelos educacionais que produzem efeitos distintos: a escola pública de matriz urbana, onde predominam as moças e os projetos de saída da atividade agrícola, e os projetos educacionais voltados aos jovens rurais, em que predominam os rapazes e o incentivo à fixação do jovem no campo. Em ambas as abordagens dessa temática, percebemos a influência da socialização dos jovens no processo educacional e sua disposição de permanência no campo e na atividade agrícola.

Entre os estudos do grupo temático 2) Juventude, Identidades e Ação Coletiva predominam análises voltadas à participação e à construção das identidades sociais dos jovens em contextos de assentamentos rurais de reforma agrária. São estudos que demonstram a heterogeneidade existente entre esses jovens, abordando seus comportamentos e estilos de vida, sua participação na organização e nos espaços formais do assentamento, assim como a constituição de iniciativas de auto-organização e representação entre estes (CASTRO, 2003; CHAVES, 2003; COPA, 2002). Em comum, os diferentes trabalhos preocupamse com aspectos relativos à construção das identidades coletivas dos jovens por meio de duas estratégias de análise: uma que dá ênfase aos contrastes ou à assimilação de padrões comportamentais urbanos, como vestimentas e música, que assemelham os jovens dos assentamentos de reforma agrária com os do meio urbano (Benevenuto, 2003(a), 2003(b); Vieira, 2002), e outra que aborda a identidade como construção política, que emerge a partir da luta de classes (Branco, 2003; Holanda, 2000). Essas pesquisas tratam de questões bastante diversas, buscando as articulações entre organização social, luta política, trabalho, lazer, vida cotidiana, família e perspectivas dos jovens. Nesse grupo temático, também incluímos investigações acerca das relações existentes entre espaços de sociabilidade e formas de organização para o lazer, com a afirmação das identidades sociais dos jovens rurais. Esses estudos enfatizam a importância desses espaços em contextos nos quais os jovens rurais se encontram engajados em processos produtivos não agrícolas ou agroindustriais. Nesses casos, os espaços lúdicos e de lazer renovam e reafirmam as identidades

locais (MENASCHE, 2004; SPANEVELLO, 2002). Encontramos também trabalhos que analisam experiências de protagonismo juvenil e de participação em organizações sindicais (IULIANELLI, 2002; PAIVA E SOUZA, 2000).

Sobre o tema 3) Juventude Rural e Inserção no Trabalho, observamos a maior variedade de questões em um mesmo grupo temático. Essa diversidade reflete as alternativas de ocupação e trabalho dos jovens. Um conjunto maior de pesquisas refere-se às formas de inserção dos jovens no processo de trabalho da agricultura familiar. Destacam a ocorrência de uma divisão por sexo e idade entre os membros das famílias de agricultores. Os jovens nessas situações encontram-se subordinados à orientação dos pais e geralmente não contam com o reconhecimento social de um agricultor adulto. Esses trabalhos evidenciam ainda que nas situações em que os jovens são valorizados pelo trabalho que realizam, como, por exemplo, no estabelecimento de parcerias entre pais e filhos, ou quando estes recebem alguma remuneração pelo trabalho que executam, eles demonstram ser mais favoráveis a permanecer residindo no meio rural como agricultores. Esses estudos tendem a relacionar as dinâmicas de inserção do jovem no processo de trabalho agrícola com suas disposições de se estabelecer profissionalmente na agricultura familiar. Suas conclusões apontam que a necessidade de obter um rendimento próprio para cobrir seus gastos pessoais é o principal motivo que leva os jovens a buscarem trabalho fora do estabelecimento familiar (Brumer et al., 2000; Deser, 1999; Weisheimer, 2002). Outros textos enfatizam o problema da inserção precoce no trabalho como condizente com um padrão cultural que valoriza essa atividade combinada a uma economia que subordina o trabalho ao capital (HOELZEL, 2000). Aborda-se também a participação dos jovens no plantio de drogas ilícitas, destacando-se que a política de erradicação das drogas tem sido acompanhada pelo incremento das mortes violentas dos jovens nas zonas rurais produtoras (IULIANELLI, 2004). Enfatiza-se ainda a inserção das moças e das meninas adolescentes provenientes do meio rural no trabalho doméstico urbano como empregadas das classes médias, destacando-se um processo de ressocialização e de subordinação no qual se encontram inseridas (Monteiro, 1996). Outro conjunto de pesquisas enfoca a participação de jovens nos processos de pluriatividade, que é a combinação do trabalho agrícola com outras formas de ocupação, geralmente no próprio meio rural. Esse conjunto destaca a emergência do turismo rural como alternativa de criação de trabalho e renda para os jovens desses municípios como expressão da pluriatividade (LIMA, 2004). As práticas de trabalho em domicílio que se realizam em ateliês de costuras de bolas ou calçados instalados em residências rurais do Sul do Brasil são analisadas, enfatizando-se que são ocupações em

que predomina um viés de gênero e de idade. Esse trabalho em domicílio é visto ainda como um exemplo de empreendedorismo protagonizado por jovens rurais (Tedesco, 2003). No conjunto, os estudos reunidos nesse grupo temático chamam a atenção para as relações entre as oportunidades e os processos de trabalho no campo com as dinâmicas migratórias dos jovens rurais.

Por fim, no grupo temático 4) Juventude e Reprodução Social na Agricultura Familiar, identificamos ao menos quatro abordagens acerca da participação dos jovens nos processos de reprodução social das famílias agrícolas. O primeiro conjunto destaca o conceito de reprodução geracional na unidade de produção familiar agrícola. Aponta que é em torno da sucessão profissional, da transferência hereditária e das aposentadorias que se desenrolam os processos sociais que perpassam a formação de uma nova geração de agricultores. Esses estudos incorporam a suas análises a oportunidade de trabalho independente da família; o acesso à educação; a perspectiva matrimonial com um agricultor; a possibilidade de herdar terra; o envolvimento na unidade produtiva; o tamanho da propriedade e a renda familiar como fatores que incidirão nas disposições dos jovens em permanecer no trabalho, assegurando que a unidade produtiva passe assim de geração a geração (Abramovay, 1998; Brumer, 2003; Brumer et al., 2002, 2004; Duqué, 2002; Haygert, 2001; Silvestro et al., 2001). Um segundo grupo de pesquisas agrega ao conceito anterior a noção de projetos individuais dos jovens, seja na forma de "projeto profissional" ou "projeto de vida". Destacam assim que as mudanças e as crises recentes no meio rural fazem com que essa realidade seja reelaborada na formulação de projetos individuais e familiares. Nesse contexto, a juventude rural é instigada a questionar projetos familiares sustentados na reprodução de modos de vida pautados na atividade agrícola e levada a reivindicar padrões de vida que incorporam valores e condições materiais tidos como "urbanos". Dessa síntese, resultam novas possibilidades de permanência no campo sustentadas pela reelaboração de identidades sociais dos jovens agricultores. Esses trabalhos examinam também outras variáveis: a condição fundiária relativa à posse e ao tamanho da unidade produtiva; a renda agrícola obtida pela família; a socialização dos jovens no processo de trabalho da agricultura familiar e na escola; as representações destes sobre o trabalho agrícola, sobre os meios rural e urbano e as avaliações acerca do modo de vida de seus pais para perceber a influência desses elementos na elaboração dos projetos profissionais dessa juventude. Concluem que, dependendo do campo de possibilidades disponíveis aos jovens, seus projetos estarão orientados em certas direções (Carneiro, 1998, 1999; Pereira, 2004; Siqueira, 2003, 2004; Weisheimer, 2004). A possibilidade de reprodução da agricultura familiar é

vista ainda pelo acesso dos jovens filhos de agricultores à cidadania. Constatam que na busca por direitos os(as) filhos(as) de agricultores familiares transitam em diferentes espaços da sociedade, construindo uma matriz valorativa diversa e muitas vezes contraditória. Desse modo, o movimento migratório e reivindicatório dos jovens explicita problemas estruturais da sociedade que repercutem nas diversas dimensões do processo de desenvolvimento rural que não se explicam exclusivamente com variáveis econômicas (Spanevello, 2003; Stropasolas, 2002, 2003). Também se encontram nesse grupo temático as pesquisas que indicam que a pluriatividade favorece a reprodução social dos agricultores familiares, argumentando que o rural não se caracteriza nem se confunde mais com o agrícola. Apontam para a revitalização do meio rural, com uma ampliação do mercado de trabalho, diante das alternativas de ocupação e renda geradas por atividades não agrícolas relacionadas à pluriatividade, que vêm proporcionando a melhoria de renda, das condições de vida, bem como a permanência dos agricultores jovens no campo (Ribeiro, 2000).

III. Jovens rurais: entre definições teóricas e categorias empíricas

Entre as publicações localizadas neste trabalho foram identificadas cinco abordagens utilizadas nas definições conceituais sobre a juventude rural: faixa etária; ciclo da vida; geração; cultura ou modo de vida e ainda representação social. Alguns pesquisadores enfatizam uma dessas abordagens, outros procuram fazer diferentes combinações entre elas. Há ainda aqueles que não se preocupam em estabelecer alguma definição sobre o que entendem por juventude e a tratam como um pressuposto, como se o termo fosse auto-explicativo.

1) Juventude como faixa etária

Algumas pesquisas ancoram sua definição de juventude utilizando como critério a idade dos entrevistados. Apóiam-se geralmente em indicadores demográficos, critérios normativos ou padrões estabelecidos pelos organismos internacionais para definir os limites de quem é ou não considerado jovem. Vejamos as fontes mais recorrentes. Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), a adolescência é definida como um processo fundamentalmente biológico, abrange as etapas da pré-adolescência (10-14 anos) e a adolescência (15-19 anos). A Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ, 1994) e a Organização Internacional da Juventude usam a faixa entre 15 e 24 anos (UNESCO, 1997). No Brasil,

a abordagem demográfica do IBGE classifica o "grupo jovem" entre 15 e 24 anos em três recortes etários: 15-17 anos como jovens-adolescentes; 18-20 anos como jovens-jovens e 21-24 anos como jovens-adultos (BAENINGER, 1998: 26). De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se adolescente a pessoa na faixa de 12 a 18 anos (Lei nº 8.069 de 13/07/1990).

A definição de limites etários é obviamente arbitrária e não dá conta das diferenças entre idade biológica e idade social. É certo que muitas vezes se torna fundamental o estabelecimento preciso de um público-alvo. Entretanto, para o processo de pesquisa social empírica, torna-se interessante buscarmos compreender como tais limites são socialmente constituídos e como o pertencimento a um grupo de idade pode transformar-se em parâmetro para a atribuição de papéis sociais específicos. Vale a pena lembrar que a fronteira que separa juventude e maturidade corresponde, em todas as sociedades, a um jogo de lutas e manipulações, visto que as divisões entre idades são arbitrárias e que a fronteira que separa a juventude e a velhice é um objeto de disputa que envolve a dimensão das relações de poder. É importante destacar que, como qualquer outra forma de classificação, suas fronteiras são socialmente construídas.

2) A juventude como período de transição ou ciclo de vida

A definição de juventude como um período de transição assume importância na medida em que foi assumida pela Unesco a partir da Conferência Internacional sobre Juventude, realizada em Grenoble (1964), sendo uma das mais utilizadas por pesquisadores desde então. Nessa perspectiva, o termo juventude designa um estado transitório, uma fase da vida humana de começo bem definido pelo aparecimento da puberdade. O estabelecimento do término da juventude varia segundo critérios e pontos de vista adotados para determinar se as pessoas são jovens. A idéia de transição é inerente à vida e por si só não diz muita coisa. Por isso, o importante é destacarmos que a transição juvenil se caracteriza como o processo de socialização e atribuição de papéis sociais específicos. Essa transição pode ser percebida de diversas maneiras, implicando mudanças da família de orientação para a procriação; do aprendizado para a produtividade; da crescente ascensão da autonomia, entre outras. A idéia central é de que a juventude é um estágio no qual acontece a entrada na vida social plena e que, como situação de passagem, compõe uma condição de relatividade: de direitos e deveres, de responsabilidade e independência mais amplas do que as das crianças e não tão completas quanto as dos adultos (Abramo, 1994: 11). O ingresso no trabalho é visto como um elemento central na transição juvenil, já que é por meio dele que os jovens começam a adquirir uma relativa autonomia perante

4 "O que quero lembrar é simplesmente que a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas" [BOURDIEU, 1983: 113].

a família de origem. Porém, é preciso lembrar que essa inserção profissional é ainda precária entre eles, em razão, entre outras coisas, da fragilidade de sua condição e da precariedade das próprias relações de trabalho atuais, o que intensifica a situação ambígua da juventude. Conforme propõe Maria J. Carneiro, ao buscar delimitar o universo de estudo dos jovens rurais:

[...] o jovem é aquele indivíduo que se encontra em uma fase caracterizada pela discrepância entre o projeto de vida vislumbrado e as atividades em realização. Ou seja, a existência de um projeto para o futuro acompanhado de estratégias com graus variados de idealização seria, em termos genéricos, o que caracterizaria um indivíduo como jovem nas comunidades pesquisadas (CARNEIRO, 1998: 98).

O descompasso entre projeto de vida e condições de realização como característica da juventude enriquece a abordagem da juventude como período de transição. Isso nos possibilita entender por que na sociedade contemporânea há uma certa inclinação à ampliação do período da juventude. Em virtude da dificuldade de inserção de parcelas significativas desse grupo no mercado de trabalho, há um alongamento do período de escolarização. Esse impedimento de acesso a uma condição profissional estável tem ainda impactos no adiamento dos matrimônios e, conseqüentemente, na constituição de uma nova família.

3) 0 enfoque nas gerações

Esta perspectiva é tributária principalmente das formulações de Karl Mannheim. Segundo ele, o conceito de geração emerge por meio da idéia de "situação" no processo social, estabelecendo um paralelo com a circunstância de classe. O conceito de geração corresponde à similaridade de situação num mesmo tempo histórico. Assim, os membros de um grupo etário têm uma situação comum perante as dimensões históricas do processo social (Mannheim, 1968). A abordagem geracional apresenta-nos questões relativas à transmissão e à adaptação da herança cultural. Muitas vezes o ritmo das mudanças sociais provoca a difusão de novos valores e comportamentos que são mais facilmente incorporados pela juventude, visto que estas não se encontram completamente enredadas no status quo da ordem social. Desse fato resultam dois tipos de conclusões. A primeira enfatiza os potenciais de conflito entre as gerações, entre os jovens e a ordem social estabelecida ou mesmo dos jovens entre eles mesmos. Nessa perspectiva, tem-se a idéia "ingênua" de que os jovens são inerentemente contestadores, ou "cética", de que essa "rebeldia" é necessariamente transitória, como a juventude. Em outra, a juventude passa a ser vista a partir de seus potenciais de mudança, enfatizando-se sua capacidade criadora e inventiva. Os jovens são percebidos como parte dos recursos latentes de que a sociedade dispõe, e de seu engajamento depende sua vitalidade. Nesse sentido, o maior ou menor grau desse potencial de mudança é dado por sociedades dinâmicas, enquanto as que buscam conter a juventude podem ser entendidas como sociedades estáticas. Essa abordagem parece interessante para o exame das condições de reprodução de uma determinada categoria profissional, assim como as alterações nos padrões culturais e de valores que diferem entre pais e filhos. Entretanto, como alertam Castro e Macedo, pensar a juventude em termos de geração pode ser limitador se partirmos do pressuposto de que há uma oposição entre "pais conservadores" e "filhos rebeldes" (Castro e Macedo, 2001).

4) Juventude como cultura ou modo de vida

Por esta perspectiva a juventude é vista como uma expressão da cultura de massas. Esta abordagem argumenta que a juventude se define por critérios culturais dando destaque a uma cultura jovem e à importância de espaços de sociabilidade juvenis na constituição de suas identidades. A mídia aparece então como o principal componente na construção do entendimento do que seja a juventude. A cultura juvenil emerge como um produto da abundância intimamente ligada à sociedade de consumo. Suas características incluem certo tipo de vestimentas, acessórios, linguagem, gostos musicais e práticas esportivas e de lazer. Os jovens aparecem como um mercado consumidor importante que transcende os limites de idade pela propagação de uma moda jovem. Nesse sentido, os(as) jovens no meio rural seriam resultado dos processos de modernização do campo. Por esta abordagem chega-se a questionar se existiria uma juventude no campo ou se tão logo as crianças adquirissem força física seriam imediatamente incorporadas no mundo adulto da penosidade do trabalho agrícola. Por sua vez, hoje em dia, até nas regiões mais isoladas os meios de comunicação promovem a disseminação de uma cultura urbana, e no seu bojo os processos de hibridização, que os jovens sentem de forma bastante intensa. Além disso, o próprio desenvolvimento do capitalismo no campo, seu padrão de modernização e os recentes processos de industrialização difusa, que fazem do rural um espaço não exclusivamente agrícola, contribuíram para a diluição das fronteiras materiais e simbólicas entre o meio rural e o urbano. Se isso não pôs fim às profundas diferenças entre estes, permitiu ao menos a convivência em um mesmo espaço social de práticas e valores que articulam elementos urbanos e rurais. Parece-nos que é esse processo que leva Maria José Carneiro (1998, 1999) a sugerir que as identidades locais não são mais sustentadas na homogeneidade de padrões culturais, mas na diversidade, e, principalmente, na maneira específica de combinar práticas e valores originários de universos culturais distintos, o que identifica como "rurbanização". Ainda segundo essa autora, nesse contexto, os jovens filhos de agricultores reelaboram suas identidades sociais e passam a questionar os projetos de reprodução de modos de vida pautados exclusivamente na atividade agrícola, reivindicando padrões de vida, valores e condições materiais tidos como "urbanos", o que se expressa no "ideal rurbano" (Carneiro, 1998, 1999).

5) Juventude como representação social e auto-representação

Segundo esta abordagem teórica, o termo "juventude" designa um conjunto de relações sociais específicas, vividas por elementos classificados como jovens em uma dada sociedade. Mais do que uma faixa etária, fala-se em condição juvenil, que aparece como uma posição na hierarquia social fundada em representações sociais, ou seja, busca-se apreender os significados atribuídos que definem quem é e quem não é jovem em um dado contexto sociocultural. Esses critérios de inclusão e exclusão são socialmente construídos, tornandose móveis suas fronteiras. Essas representações sociais remetem à idéia de que a juventude é um processo transitório que marca a passagem de uma condição social da dependência plena na infância a outra, de plena independência na idade adulta. Essa independência que caracteriza a entrada na "vida adulta" aparece vinculada à assunção de responsabilidades produtivas, residenciais, matrimoniais, paternais ou maternais. Esta abordagem retém a idéia de que os jovens estariam sujeitos à incorporação de uma série de papéis sociais ou funções socialmente atribuídas pelos processos de socialização. A alternância de papéis sociais e de processos de socialização que marcam a condição juvenil está voltada a assegurar a reprodução ou a continuidade social. Esta abordagem permite-nos entender a constituição de diferentes expressões juvenis, ou seja, percebe a juventude como realidade múltipla, fundada em representações sociais diversas. Entre as diferentes representações acerca do que é a juventude, temos aquelas elaboradas pelos próprios jovens. Essa forma de categorizar é bastante interessante para a apreensão das identidades evocadas pelos atores sociais, sejam elas coletivas ou individuais. Para sua interpretação, recomenda-se que não se tomem as representações em sua substantividade, mas relacionalmente. Um dos procedimentos dessa perspectiva consiste em captar os jogos de oposição como "nós" x "eles", "dentro" x "fora", "jovem" x "velho", que devem ser analisados a partir do contexto das falas em que emergem essas representações.

Como resultado dessas alternativas teóricas acionadas para definir o que é a juventude, resultam distintas percepções acerca das categorias empíricas envolvidas no debate sobre jovens rurais. Nos trabalhos analisados, identificamos 14 maneiras diferentes de denominar os jovens do meio rural, o que reflete a diversidade das configurações juvenis. Vejamos:

- Alunos rurais
- Iovens
- Jovens agricultores
- Jovens do campo
- Jovens do interior
- Jovens do sertão
- Jovens empreendedores rurais
- Jovens empresários rurais
- Jovens filhos de agricultores
- Jovens rurais ribeirinhos
- Jovens sem-terra
- Iuventude em assentamento rural
- Juventude escolar rural
- Juventude rural

Essas diferentes maneiras de denominar os objetos de estudo remetem a dois princípios de classificação: um que toma como referência a dimensão geográfica onde residem os jovens da pesquisa; outro que busca incorporar na definição das categorias o processo de socialização em certas ocupações que caracterizam os jovens investigados. Reunindo por similaridade os 14 termos anteriormente apresentados, obtemos o Quadro 1. Nele se encontram as diferentes categorias formuladas a partir das duas matrizes analíticas.

Quadro 1 Categorias de jovens segundo sua matriz de análise

Geográfica – Residencial	SOCIALIZAÇÃO - OCUPACIONAL		
Jovens do campo	Jovens agricultores		
Jovens do interior	Jovens assentados		
Jovens do sertão	Jovens empresários rurais		
Juventude rural	Jovens estudantes rurais		
Juventude rural ribeirinha	Jovens sem-terra		

Fonte: Levantamento de dados, outubro/2004.

As interpretações sobre a condição juvenil demonstram que esta é uma construção social, cultural e histórica altamente dinâmica e diversificada, o que implica considerá-la uma realidade múltipla, visto que os jovens não formam um todo homogêneo. Quando se consideram as diferenças de classe social, etnia e gênero, por exemplo, percebem-se distinções relativas às posições ocupadas nos espaços sociais — que por sua vez são diferentes entre si — e aos processos de socialização. Nesse sentido, é mais correto privilegiar as noções de *juventudes* e *jovens rurais* no plural, uma vez que eles vivem realidades sociais bastante diversas, construindo experiências e identidades coletivas distintas.

Vemos que as diferenças entre os sexos, divisão básica em qualquer sociedade, são construídas culturalmente, implicando a configuração de papéis sociais de gênero entre rapazes e moças. Esse processo inicia-se durante a socialização primária na infância e é intensificado durante a juventude. As diferenças nos processos de socialização de rapazes e moças no meio rural, e particularmente na agricultura familiar, constituem-se em função das expectativas dos pais em relação ao futuro dos filhos e das filhas, sendo decisivas, por exemplo, na elaboração dos projetos profissionais dos jovens e nos processos sucessórios no interior das famílias agricultoras.⁵

Além disso, as possibilidades de inserção social dos jovens estão condicionadas aos recursos materiais e simbólicos que lhes são disponibilizados ao longo do seu processo de socialização. Esses recursos, que as novas gerações herdam das anteriores e sobre os quais promovem avaliações, constituem as condições objetivas a partir das quais constroem suas trajetórias pessoais. Esses aspectos encontram-se intimamente ligados ao movimento dialético de produção—reprodução—transformação social. Para os jovens, em geral, isso assume contornos críticos, como a liminariedade que marca sua condição social, uma vez que há uma ambivalência característica do *vir a ser* intrínseca à condição juvenil. Atualmente, isso é sentido de maneira ainda mais intensa por causa da complexidade das relações sociais nas quais se inserem. Destacam-se nesse contexto a variedade das alternativas de vida que se apresentam e a precariedade da sua inserção no trabalho, que muitas vezes resultam na incerteza quanto ao próprio futuro.

Considerando-se as transformações recentes no meio rural e na agricultura brasileira — como as relacionadas com a evolução do emprego rural não agrícola, que inicialmente ocorreram em função do processo de modernização associado à expansão de atividades industriais e de serviços vinculadas à agricultura e incrementadas nos últimos anos por indústrias de outros setores que se deslocaram para o meio rural —, diversificam-se as possibilidades de

5 A esse respeito ver: ABRAMO-VAY, 1998; BRUMER, 2003, BRUMER et al., 2001, 2002, 2004; SILVESTRO et al., 2001; WEISHEIMER, 2002, 2004.

inserção profissional dos jovens rurais. Disso resulta que hoje em dia nem todos os jovens rurais são necessariamente agricultores, assim como entre os jovens agricultores há uma grande variedade de situações, como as relacionadas à propriedade ou não da terra em que trabalham. Os impactos disso são evidentes tanto nas diferenças entre esses jovens quanto nas possibilidades que se apresentam a cada um deles.

É necessário reforçar que todas essas questões tornam o fenômeno social da juventude bastante complexo, contraditório e mesmo confuso, o que se reflete no momento em que buscamos tomá-lo como objeto de estudo sistemático. É por isso que ocorre a falta de consenso quanto à noção de "juventude" utilizada nas pesquisas analisadas, expressa na grande variedade de recortes analíticos e definições conceituais, mesmo quando todas tratam dos jovens que vivem no meio rural.

Considerações finais

A sistematização deste debate permite-nos perceber que, apesar de ainda ser numericamente pequena a produção acadêmica sobre os jovens rurais, esta suscita uma profícua discussão teórica e elucida diversas questões relativas ao seu modo de ser e de viver os processos sociais que se desenvolvem nos espaços caracterizados como rurais.

Na análise dos trabalhos selecionados, não se encontram muitos consensos, sendo possível identificar apenas algumas questões recorrentes que dizem respeito a um entendimento compartilhado, principalmente quanto ao papel estratégico dos jovens para o desenvolvimento agrário e rural. A continuidade da profissão agrícola depende da reprodução social com base familiar, isso porque a sucessão tende a ser endógena, com pelo menos um filho sucedendo o pai na administração da unidade produtiva, sendo pouco frequente a adesão a essa atividade por pessoas sem vivência familiar nesse ramo. Há um reconhecimento da diversidade não apenas regional, mas principalmente cultural, social e econômica entre os diferentes setores que compõem a juventude rural brasileira. Os diferentes trabalhos apontam no sentido da necessidade de desenvolvimento de políticas públicas específicas para os jovens rurais, entre as quais se destaca a pertinência de um projeto educacional que valorize o rural e prepare os jovens a se desenvolverem como agricultores. Por fim, os diferentes trabalhos têm em comum o fato de que não discutem diretamente os processos de modernização do rural e da agricultura, mas sim buscam compreender como em diferentes casos locais os jovens se envolvem, vivem,

percebem, integram ou resistem a esses processos. Predominam enfoques que destacam a diversidade das formas em que a modernização e a complexificação social do rural afetam a juventude.

Observam-se também alguns limites nas abordagens, como o fato de que em diversos trabalhos localizados se tomam os jovens como objeto de estudo, mas freqüentemente não problematizam o próprio objeto, ou seja, a juventude como uma construção social em disputa, limitando-se a reproduzir os recortes demográficos e os critérios normativos, como o de limites etários.

Embora vários trabalhos apontem a diversidade de experiências juvenis e busquem apreendê-la por meio de aspectos referentes à construção da identidade ou dos processos de socialização, é perceptível a persistência de enfoques que tomam os jovens que vivem nos diferentes espaços sociais agrários como um grupo homogêneo, passíveis de identificação por categorias genéricas, como a de juventude rural, que se fundamenta numa dicotomia entre o rural e o urbano. Num contexto em que o meio rural se torna um espaço social cada vez mais complexo, não exclusivamente agrícola, qual é o sentido dessa dicotomia? Quais as diferenças e as semelhanças entre jovens rurais e urbanos? Essa distinção é ainda pertinente? Se há jovens rurais que participam especificamente da produção e da reprodução social da agricultura familiar, ou seja, são socializados no processo de trabalho familiar agrícola, por que não usarmos uma categorização mais precisa, como a de jovem agricultor, em detrimento de outra mais genérica?

A ausência de uma matriz analítica compartilhada pelos pesquisadores que seja capaz de dar conta da diversidade no interior da juventude rural e sirva de parâmetro para a comparação entre os diferentes estudos das condições juvenis aparece como um limitador que transcende os estudos pontuais. Por que essa ausência? Devemos perguntar-nos ainda se é possível ou desejável uma matriz analítica capaz de dar conta da diversidade de processos sociais que configuram as diferentes juventudes rurais.

Provavelmente em razão do fato de as políticas públicas de juventude serem ainda muito recentes e escassas, não há estudos dos seus impactos sobre os projetos de permanência ou saída dos jovens do meio rural e, em particular, da agricultura familiar. Quais os resultados das recentes políticas públicas, como a inclusão dos jovens no bloco do produtor rural, nos programas de crédito fundiário Nossa Primeira Terra e Pronaf Jovem, quanto às condições de permanência desses jovens na agricultura e ao incremento desta? Quais os impactos dessas políticas, bem como desses projetos e desses programas na elaboração dos projetos profissionais dos jovens agricultores? Diante da tendência de am-

pliação do nível de escolarização dos jovens rurais, devemos nos perguntar qual projeto educacional melhor contribuirá para o desenvolvimento agrário. Como incluir amplamente as moças nas escolas agrícolas? Até que ponto se pode expandir a escola agrícola como programa regular de educação rural? Como colocar essas escolas a serviço do fortalecimento da agricultura familiar?

Por fim, identificamos um predomínio de estudos de caso e análises microssociológicas nos trabalhos analisados, o que revela a ausência de pesquisas em âmbito nacional e mesmo regional. Tal fato aparece como a principal lacuna dos trabalhos até agora realizados. Sem parâmetros comparativos e dimensões macroestruturais dos processos sociais que afetam os jovens rurais brasileiros, ficamos presos às especificidades dos contextos locais em detrimento dos aspectos globais e históricos que afetam as diversas expressões juvenis dos espaços agrários.

À guisa de conclusão, acreditamos que este diagnóstico inicial do estado da arte dos estudos sobre jovens rurais no Brasil possa servir à constituição de uma comunidade acadêmica que consiga promover avanços no conhecimento sobre a realidade desse segmento da população e incentivar o trabalho de novos cientistas. Esperamos também que este trabalho possa de alguma maneira auxiliar na formulação de ações estratégicas, seja no âmbito do Estado ou no da sociedade civil, dentre os quais os movimentos sociais e de jovens agricultores, possibilitando a materialização de políticas públicas que tenham nos jovens os protagonistas de novas dinâmicas no processo de desenvolvimento rural e agrário ambientalmente sustentável e socialmente justo. Nesse sentido, podemos concluir que o que motiva as diferentes pesquisas é a convicção de que nenhum processo de transformação social ocorre sem envolver efetivamente a participação da juventude. Isso faz dos jovens rurais atores fundamentais para entendermos as dinâmicas dos processos sociais agrários. ♦

6 Reconhecemos a necessidade de que, num segundo momento, essa análise seja ampliada para novas pesquisas, dialogando até mesmo com a produção teórica internacional.

30

Bibliografia

ABRAMO, Helena W. Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 1994.

A B R A M O V A Y, Ricardo et al. *Juventude e agricultura familiar:* desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998. 101 p.

; Camarano, Ana Amélia. *Êxodo rural, envelhecimento e masculini- zação no Brasil:* panorama dos últimos 50 anos. Texto para discussão nº 621. Rio de Janeiro: Ipea, 1999.

BAENINGER, Rosana. Juventude e movimento migratório no Brasil. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998. p. 21-70.

BENEVENUTO, Mônica Aparecida del Rio. *Um olhar sobre a construção da visão de juventude entre assentados rurais*. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas, setembro de 2003(a).

. Aparência e estilo como elementos de análise das expressões da juventude do Assentamento Rural de Casas Altas, RJ. Tese de Doutorado, CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003(b).

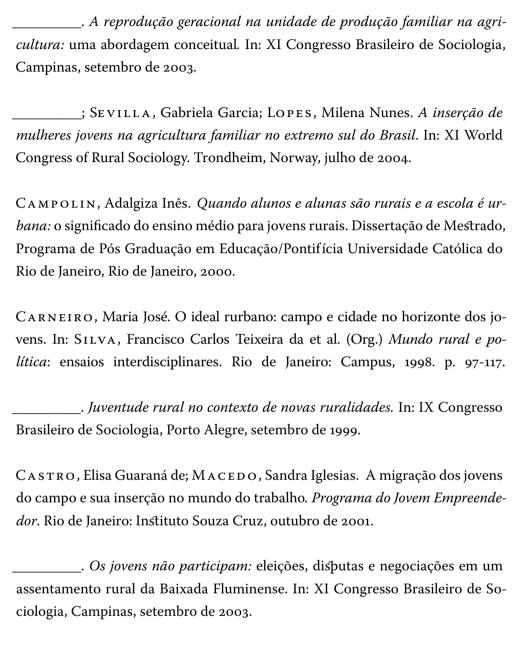
BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de janeiro: Marco Zero, 1983.

Branco, Maria Teresa Castelo. *Jovens sem-terra:* identidades em movimento. Curitiba: Editora da UFPR, 2003. p. 176.

Brandt, Grazielle Betina. *A dúbia exclusão de jovens do interior*. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas, setembro de 2003.

Brumer, Anita; Rosas, Eduardo Nunes L.; Weisheimer, Nilson. *Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar.* In: Congresso da International Rural Sociology Association (Irsa), 10, Rio de Janeiro, 2000.

; SOUZA, Rebeca Hennemann Vergara de; ZORZI, Analisa. *O futuro da juventude rural*. In: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (Alasru), Porto Alegre, novembro de 2002.



Chaves, Tathyana de Abreu Batista. *Assentamento rural sob o olhar de suas gerações*. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas, setembro de 2003.

COPA, Cristina Suarez Velasquez. *Da formação de grupos à ação coletiva:* uma análise com grupos de jovens do Assentamento Rural da Fazenda Ipanema – Iperó-SP. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP, São Paulo, 2002.

Deser/Comissão de Jovens do Fórum Sul dos Rurais da CUT. *Perspectivas de vida e trabalho da juventude rural da região Sul*. Convênio: Ceris/Fórum Sul dos Rurais da CUT/Deser (mimeo.), 1999.

Durston, John. *Juventud rural excluída em America Latina reducindo la invisibilidade*. In: XXI Congresso Latino-Americano de Sociologia. São Paulo, 1997.

Duqué, Ghislaine; Sousa, Emilene Leite de. *De geração a geração*: um estudo sobre a disposição dos jovens em assumirem o trabalho agrícola, UFPB. In: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (Alasru), Porto Alegre, novembro de 2002.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira. *Casa familiar rural*: a formação com base na pedagogia da alternância em Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

FREIRE, Jacqueline Cunha da Serra. *Retratos da Amazônia:* educação e juventude ribeirinha. In: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (Alasru), Porto Alegre, novembro de 2002.

Gomes, Ramonildes Alves. *A representação social da qualidade de vida no horizonte da juventude rural*. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas, setembro de 2003.

HAYGERT, Maria Lúcia Lemos. *De pai para filho:* tecendo um novo território familiar. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

HOELZEL, Flávia. O trabalho precoce e projetos de vida: um estudo em crianças e adolescentes do meio rural de Santa Cruz do Sul. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), Santa Cruz do Sul, 2000.

HOLANDA, Maria Iolanda Maia. *A construção da identidade coletiva dos semterra:* um estudo a partir do cotidiano dos alunos do Pronera. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. *Juventude camponesa no submédio São Francisco:* construindo uma ação sindical de geração. In: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (Alasru), Porto Alegre, novembro de 2002.

. *Crianças e jovens no plantio de drogas ilícitas:* uma abordagem a partir da garantia, promoção e reparação dos direitos dos camponeses no Brasil. Disponível em: http://www.secnetpro.com/celaju2004/.

LIMA, Marcelo Pereira. *Turismo e juventude no meio rural*: questões para um debate da sociologia rural. In: II Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anppas), Indaiatuba, São Paulo, maio de 2004.

MANHANI, Daniela Cristina. *Uma avaliação do programa de formação de jovens empresários rurais:* Projovem. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2000.

MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. *Sociologia da Juventude I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 69-94.

MENASCHE, Renata. *O coral, o trabalho e a vida:* espaços de sociabilidade e identidade em uma comunidade rural gaúcha. In: XXIV Reunião Brasileira de Antropologia, Olinda, junho de 2004.

MONTEIRO, Lucira Freire. *Bonecas e vassouras*: vida e trabalho doméstico das adolescentes do campo na cidade. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Recife, 1996.

PAIVA E SOUZA, Paulo Ricardo de. *Quando o olho vira boca:* avaliação das estratégias de comunicação rural e o protagonismo juvenil no Projeto Escola de Vídeo da organização não governamental Auçuba. Dissertação (Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural), Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2000.

Pereira, Jorge Luiz de Goes. *Para além das fronteiras entre campo e cidade*. In: XXIV Reunião Brasileira de Antropologia, Olinda, junho de 2004.

RIBEIRO, Tereza Cristina Almeida. *A pluriatividade*: uma alternativa de reprodução social da agricultura familiar? Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

Rua, Maria das Graças. Políticas públicas e juventude dos anos 90. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*, v. 2. Brasília: CNPD, 1998. p. 731-752.

SILVA, Onaide Maria Fernandes da. *Inovação curricular nas escolas rurais de Catalão-Go e mudança social:* um estudo de caso. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Extensão Rural/Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1992.

SILVA, Vanda Aparecida da. *Eles não têm nada na cabeça*...: jovens do sertão mineiro entre a tradição e a mudança. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2000.

_____. Jovens de um rural brasileiro: socialização, educação e assistência. Cad. Cedes, Campinas, v. 22, n. 57, p. 97-115, ago. 2002.

SILVESTRO, Milton Luiz; ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.); MELLO, Márcio Antonio; DORIGON, Clovis V.; BALDISSERA, Ivan Tadeu. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120 p.

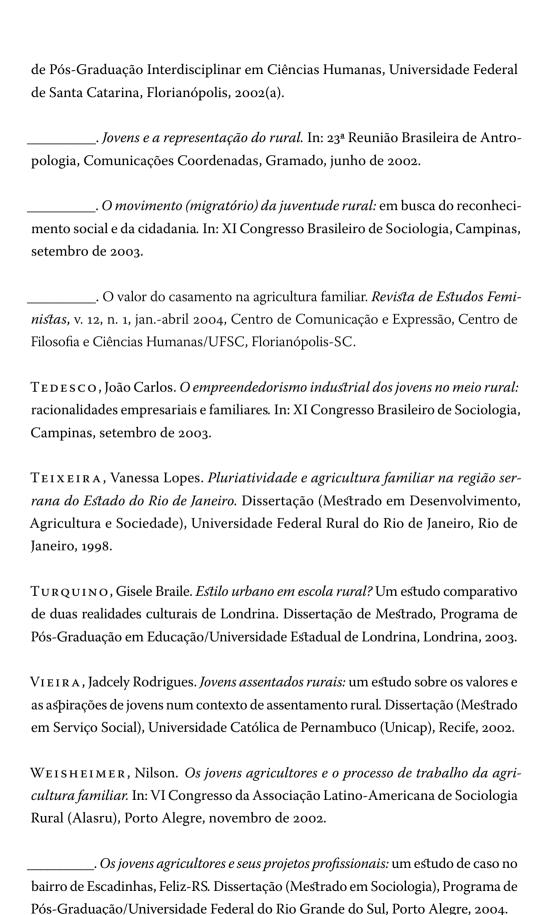
SIQUEIRA, Luiza Helena Schwantz de. *Juventude rural:* uma identidade em construção? In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas, setembro de 2003.

. As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

Spanevello, Rosani Marisa; Lago, Adriano; Vela, Hugo G. *Juventude rural:* associativismo e lazer como forma de desenvolvimento social. In: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (Alasru). Porto Alegre, novembro de 2002.

______. *Jovens rurais do município de Nova Palma-RS:* situação atual e perspectivas. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural/Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. *O mundo rural no horizonte dos jovens:* o caso dos filhos(as) de agricultores familiares de Ouro-SC. Tese de Doutorado, Programa



Catálogo temático de bibliografias

JUVENTUDE RURAL NO BRASIL (1990-2004)

I. Juventude e educação rural

 CAMPOLIN, Adalgiza Inês. Quando alunos e alunas são rurais e a escola é urbana: o significado do ensino médio para jovens rurais. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

RESUMO: A pesquisa foi realizada no município de Prudentópolis (Paraná), em colégio de ensino médio urbano, no qual alunos e alunas rurais representam 51,5% do total de matrículas do período noturno, e procurou captar o significado que alunos e alunas rurais atribuem ao ensino médio, bem como suas perspectivas em relação ao futuro. Foram realizadas 30 entrevistas, sendo 15 com alunos e 15 com alunas, da 1ª à 4ª séries, na faixa etária de 15 a 28 anos. A análise das entrevistas indica que os alunos e as alunas rurais são filhos e filhas de pequenos proprietários, produtores simples de mercadorias, com predomínio de área até 50 hectares. Os depoimentos demonstram que para alunos e alunas rurais o ensino médio representa uma preparação para sua inserção no mercado de trabalho urbano. Estudar é visto como condição fundamental para "ser alguém na vida" e "ter um futuro melhor". Constatouse também que o abandono do campo pela juventude não é fruto de uma opção pessoal, mas sim contingência da demanda por melhores condições de vida, uma vez que 24 dos 30 entrevistados e entrevistadas prefeririam continuar no campo se fosse possível sobreviver do trabalho na terra. As diferenças culturais entre o rural e o urbano são evidenciadas pela forma como alunos e alunas se posicionam em relação à vida no campo e à vida na cidade,

Esta catalogação não se pretende conclusiva. Portanto, entende-se que deve ser constantemente atualizada com a incorporação de publicações e de trabalhos não disponibilizados na Internet (principal fonte utilizada neste trabalho). Nesse sentido, foram incluídos neste catálogo resumos que não estavam disponíveis no momento em que foi realizada a análise apresentada na primeira parte desta publicação, o que não altera as tendências identificadas na análise. A saber: SALES, 1999; 2001(a); 2001(b); 2003 e Stropasolas, 1993; 2004.

à escola rural freqüentada anteriormente e à escola urbana atual. Cursar o 3º grau aparece na perspectiva de apenas 5 alunas e 2 alunos. Para os demais, a necessidade imediata é encontrar um emprego. O que direciona alunos e alunas a migrar para a cidade são as precárias condições da agricultura familiar: falta de preços para os produtos, interferência das condições climáticas na produtividade, trabalho árduo e insuficiência de recursos para a manutenção familiar. (*Palavras-chave*: ensino médio; juventude rural.)

ESTEVAM, Dimas de Oliveira. Casa familiar rural: a formação com base na pedagogia da alternância em Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Administração/Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

Resumo: O objetivo do presente estudo consiste em analisar a proposta de formação das casas familiares rurais e sua prática a partir de um estudo de caso. Essas casas familiares rurais têm sua origem no modelo das *maisons familiares rurales* francesas. O método de ensino utilizado é a pedagogia da alternância, em que o jovem passa uma semana na casa familiar e duas semanas na propriedade, aplicando na prática o aprendizado adquirido na instituição na semana anterior. É dessa forma que acontece na França, no Brasil e em outros países. A proposta é considerada uma alternativa de formação para jovens filhos de agricultores. Em Santa Catarina, esse modelo de ensino tem-se expandido por meio de parcerias que envolvem organizações governamentais e não governamentais, principalmente as vinculadas à agricultura e à educação. O estudo procurou resgatar as origens do projeto, com ênfase nas experiências catarinenses, no intuito de compreender a realidade da experiência no estado. (*Palavras-chave:* casa familiar; pedagogia da alternância.)

• Freire, Jacqueline Cunha da Serra. Retratos da Amazônia: educação e juventude Ribeirinha. In: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (Alasru), Porto Alegre, novembro de 2002.

RESUMO: A Amazônia é marcada não apenas por sua complexa biodiversidade, mas pela heterogeneidade cultural de sua população. O presente estudo inscreve-se no esforço de descrever o contexto sociocultural da juventude rural ribeirinha (populações de beira de rio), de desvelar/revelar seus saberes

e práticas e de analisar o papel da educação nesse contexto, na perspectiva de sinalizar possibilidades e políticas públicas para esses jovens. A metodologia da pesquisa está centrada no estudo de caso e recorre ao processo de triangulação, que implica a busca diversificada de sujeitos no uso de variadas fontes de informações e interpretação dos dados em diferentes perspectivas. O *locus* da pesquisa é a Ilha do Combu, uma das 39 ilhas da região insular de Belém, capital do Estado do Pará, situada na orla sul da cidade, numa área de aproximadamente 1.500 hectares. Entre as atividades produtivas predominam o extrativismo e a pesca artesanal. (*Palavras-chave:* educação; juventude rural ribeirinha.)

 Manhani, Daniela Cristina. Uma avaliação do programa de formação de jovens empresários rurais: Projovem Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2000.

Resumo: Este estudo analisa vantagens econômicas e sociais advindas da implantação do Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais (Projovem). Trata-se de um programa que utiliza metodologia diferenciada baseada na pedagogia de alternância, no construtivismo e na elaboração e implantação de projeto de investimento individual. Este programa visa atender os jovens filhos de pequenos produtores, de parceiros e de trabalhadores rurais, deficientes em recursos físicos, financeiros e humanos a fim de torná-los empresários rurais. São utilizados dados primários e secundários. A fonte primária de informações utilizada neste estudo foi obtida por meio de entrevistas, que forneceram os dados necessários à análise socioeconômica; foram analisadas ainda as expectativas dos jovens e suas famílias e o cálculo da taxa interna de retorno. Os dados secundários foram conseguidos com o Ceeteps, estatísticas do IBGE e outras fontes de literatura. O estudo mostrou que o Projovem atende principalmente famílias carentes do meio rural e jovens interessados em trabalhar e permanecer no campo, e algumas mudanças de caráter social, comportamental e econômico já são visíveis. Os jovens estão mais integrados à comunidade, mais interessados pelo trabalho, melhoraram o relacionamento com a família, introduzem novas técnicas na propriedade e, com a aplicação do que aprenderam durante a implantação do projeto de investimento, têm chances de aumentar a renda da família de maneira sustentada e continuada. A análise sobre a função de monitores dentro do programa detectou falhas na formação de

alguns – apesar de possuírem conhecimento técnico, alguns não possuem vivência empresarial nem prática com a metodologia de ensino proposta pelo Projovem. Entretanto, os monitores conseguem, por meio de aulas diferenciadas que retratam o ambiente do jovem, despertar seu interesse e participação no programa. O cálculo da taxa interna de retorno mostrou que é mais vantajoso para o jovem rural cursar o Projovem e implantar seu projeto de investimento do que permanecer no campo como trabalhador rural ou ir para a cidade se dedicar a emprego não qualificado. A partir do momento em que o programa possibilita rendimentos maiores no campo do que na cidade, o setor urbano deixa de ser tão atrativo para o jovem rural. Os resultados permitem concluir que o Projovem é um programa desejável tanto do ponto de vista econômico como social, podendo contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar e tornar-se um fator de desenvolvimento das regiões mais carentes. (*Palavras-chave*: educação rural; capital humano.)

 SILVA, Onaide Maria Fernandes da. Inovação curricular nas escolas rurais de Catalão-Go e mudança social: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Extensão Rural/Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1992.

RESUMO: Pretendeu-se neste estudo verificar teórica e empiricamente as proposições de um programa educacional implementado pela Prefeitura Municipal de Catalão-Go, bem como verificar os efeitos do programa nas famílias rurais participantes. Para tanto, tomou-se como base empírica o programa de promoção socioeconômica da juventude escolar rural levado a efeito pela Prefeitura Municipal de Catalão e pela Emater-Go a partir de 1986. Esse programa tem em sua estrutura organizacional o ensinamento de técnicas agrícolas, suposto como condição suficiente para promover mudanças e desenvolvimento socioeconômico. Para investigação, os dados foram obtidos por meio da aplicação de questionários para professores, alunos, autoridades e pais dos respectivos alunos. Discutiu-se também a coerência existente entre a formulação da proposta e a fundamentação teórica com base na análise de documentos do programa e entrevistas com os executores deste. Pela análise, concluiu-se que o programa implementado não conseguiu os objetivos propostos no que tange à realização de mudanças nas estruturas produtivas e nas condições materiais envolvidas na redução da migração e na contenção da evasão escolar. (Palavras-chave: inovação curricular; promoção socioeconomica; movimento.)

 SILVA, Vanda Aparecida da. Eles não têm nada na cabeça...: jovens do sertão mineiro entre a tradição e a mudança. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2000.

Resumo: Trata-se de uma pesquisa qualitativa sobre a construção das identidades dos jovens de Chapada do Norte-MG, tal como elas se mostram com suas articulações nos "modos de ser, de sentir e de representar-se" visando fornecer pistas para os projetos que pretendam diminuir a evasão escolar e/ou a repetência escolar e o analfabetismo na região do Vale do Jequitinhonha-MG, bem como contribuir para o conhecimento desses jovens do sertão mineiro. Por meio dos depoimentos, esta pesquisa investiga rapazes e moças entre 15 e 25 anos de idade para descobrir como estes jovens atribuem sentido às suas vidas mediante os cruzamentos de expectativas e frustrações e os conflitos originados por influências culturais externas, tais como TV, rádio, migração sazonal, etc., que comunicam outros significados. (*Palavras-chave:* jovens rurais; identidade; educação.)

• SILVA, Vanda. *Jovens de um rural brasileiro:* socialização, educação e assistência. Cad. Cedes, Campinas, v. 22, n. 57, p. 97-115, ago. 2002.

RESUMO: No momento em que as fronteiras entre o rural e o urbano diminuem cada vez mais e diferentes universos culturais se interpenetram e as dificuldades socioeconômicas dificultam a vida de quem vive da agricultura, emerge a juventude rural como uma população profundamente afetada por esses processos, população esta que, por muito tempo, passou despercebida das pesquisas acadêmicas brasileiras. Este artigo, portanto, chama a atenção para os jovens rurais, a partir de um estudo que procurou fornecer pistas para projetos que pretendam diminuir a evasão escolar e o analfabetismo em regiões como a do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. (*Palavras-chave:* jovens rurais; identidade; educação; socialização; assistência.)

 Turquino, Gisele Braile. Estilo urbano em escola rural? Um estudo comparativo de duas realidades culturais de Londrina. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2003.

RESUMO: O trabalho de transformação das condições de vida do homem rural brasileiro não pode fiar-se apenas em tecnologias agronômicas, estudos de economia ou enunciados políticos, ele deve, além disso, levar em consideração a cultura desse homem. A vida rural e a cultura caipira têm uma grande riqueza de valores que pode ser de grande valia para a educação e a escola. A escola tem um grande valor também para o homem rural. Este trabalho busca estabelecer comparações entre estas duas realidades - a da escola urbana e a da escola rural -, com seus alunos, professores e comunidade de entorno, seus valores, possibilitando uma reflexão que contribua para melhor enxergar o contraste entre o rural e o urbano, que no presente se afigura. Trata-se de uma descrição do cotidiano escolar de meninos e meninas, mediante a qual se examinam suas atitudes e se procura entender seus anseios e as lições que podem trazer ensinamentos. A investigação tem bases qualitativas e focaliza os significados culturais dos grupos por meio de observação direta, constituindo uma abordagem etnográfica. A preocupação com semelhanças e diferenças sinaliza outro recurso metodológico, que busca a profundidade dos seus significados para posterior comparação. A comparação dos dados encontrados, graças à qual se volve o olhar para as convergências e as divergências das informações obtidas sobre o meio rural e urbano e sua convivência na escola, é de grande valia para permitir a reflexão, objetivo final deste trabalho. (Palavras-chave: cultura; educação; meio rural e meio urbano; etnografia.)

II. Juventude, identidades e ação coletiva

 Benevenuto, Mônica Aparecida del Rio. Um olhar sobre a construção da visão de juventude entre assentados rurais. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas, setembro de 2003(a).

RESUMO: O propósito deste artigo é refletir sobre a construção do significado da juventude no Assentamento Rural de Casas Altas-RJ, destacando seu lugar social, seus espaços, suas práticas e idéias. Esta reflexão orienta-se

pela heterogeneidade desses jovens, pelas diferentes inserções sociais e pelas oportunidades de acesso a bens materiais e culturais. Apesar da diversidade, esses jovens juntam-se em função de características semelhantes, pois pertencer ao Assentamento parece constituir-se numa expressão de unicidade entre eles. O ponto central dessa abordagem é a identificação de duas gerações de jovens e o sentido de sua importância sociológica para a comunidade relacionado com a trajetória vivida pelo Assentamento. (*Palavras-chave:* assentamento rural; juventude; diversidade; trajetórias.)

 Benevenuto, Mônica Aparecida del Rio. Aparência e estilo como elementos de análise das expressões da juventude do Assentamento Rural de Casas Altas, RJ. Tese de Doutorado, CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003(b).

RESUMO: Estudo de caso sobre a população jovem do Assentamento Rural de Casas Altas, no município de Seropédica-RJ. A análise da aparência, do comportamento e da atitude desses jovens visa entender as maneiras pelas quais se expressa a juventude nesta comunidade. A abordagem deste tema a partir da esfera do consumo mostrou-se rica pela dimensão social embutida nesta atividade. Esta via revelou muito do jeito de ser desses jovens e do modo criativo pelo qual lidam com contextos rurais e urbanos, com esferas locais e globais, com o ambiente midiático, com espaços familiares e comunitários, e como encontram um eixo que dá sentido à construção de um estilo próprio de ser jovem, coerente com a realidade vivida pelos assentados. (*Palavraschave:* juventude; estilo; comportamento.)

• Branco, Maria Teresa Castelo. *Jovens sem-terra*: identidades em movimento. Curitiba: Editora da UFPR, 2003. p. 176.

RESUMO: Utilizando o referencial teórico da psicologia sócio-histórica, a pesquisa apresentada neste livro permite compreender o processo contraditório vivido pelos jovens de determinado assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na constituição das suas identidades. Trata, portanto, daquilo que os jovens "sentem ser" em uma dinâmica social que oprime a classe a que pertencem e na luta empreendida pelos seus pais. Para além do estudo de caso, a autora revela que a produção das identida-

des é um processo político em que a construção de uma representação e um sentido de si ocorrem na luta de classes, quando diferentes significados se confrontam, determinadas identidades sociais são negadas, esquecidas, desqualificadas, e outras reconhecidas e reafirmadas, provocando, no sujeito que se constitui, um intenso processo de negociação interna de sentidos. (*Palavras-chave:* jovens sem terra; identidade; representações.)

CASTRO, Elisa Guaraná de. Os jovens não participam: eleições, disputas e negociações em um assentamento rural da Baixada Fluminense. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas, setembro de 2003.

RESUMO: Uma revisão bibliográfica sobre juventude revela os muitos significados atribuídos à categoria. Ao analisar as relações internas de um assentamento rural da Baixada Fluminense, alguns discursos constroem uma imagem de juventude carregada de expectativas e demandas quanto ao que seria uma atuação desejada. O acompanhamento da eleição para a diretoria da Associação de Pequenos Produtores do Mutirão Eldorado foi um momento revelador das relações internas ao assentamento, assim como das relações com atores externos. O processo contribuiu para a observação das relações entre pais e filhos, assim como para a observação das formas de construção e uso da categoria jovem no assentamento. A atuação dos que são definidos e/ou se autodefinem como jovens (em sua maioria filhos dos assentados) pode ser analisada por meio dos discursos e das práticas, que variaram de acordo com o grau de envolvimento destes com os espaços formais de organização interna ao assentamento e com as redes de relações formadas dentro e fora do Mutirão. Este trabalho propõe apresentar as primeiras análises desse material, que faz parte da tese de doutorado Discursos e práticas na construção da categoria jovem rural. (Palavras-chave: assentamento rural; juventude; participação.)

• Chaves, Tathyana de Abreu Batista. Assentamento rural sob o olhar de suas gerações. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas, setembro de 2003.

RESUMO: Os assentamentos rurais foram fruto da mobilização social pelo direito à terra, à dignidade, à vida. Apesar da permanência desse movimento durante todos esses anos e do reconhecimento de sua importância pela sociedade, muito se tem contestado sobre a viabilidade e os benefícios reais

provenientes desses assentamentos. Com o intuito de observar as mudanças ocorridas na perspectiva das gerações (seus pais, os próprios assentados e seus filhos), este trabalho propôs-se a estudar sua trajetória e algumas estratégias utilizadas, destacando alguns temas (escolaridade, vizinhança, trabalho) com o objetivo de traçar linhas de comparação entre as gerações e os assentamentos, fazendo-se um contraponto com a realidade brasileira atual. Para tanto, três assentamentos foram abordados: Fazenda Reunidas (Promissão-SP), Sumaré (Sumaré-SP) e Monte Alegre (Araraquara-SP). A fonte de dados utilizada foi retirada de questões de múltiplos enfoques dos questionários do Projeto: "A dinâmica dos assentamentos rurais em São Paulo e seus efeitos sobre o espaço físico e social" (Feagri/Unicamp e CRBC/EHESS). (*Palavraschave:* assentamento rural; gerações; trajetórias; estratégias.)

COPA, Cristina Suarez Velasquez. Da formação de grupos à ação coletiva: uma análise com grupos de jovens do Assentamento Rural da Fazenda Ipanema
 Iperó-SP. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP, São Paulo, 2002.

RESUMO: O objetivo principal desta dissertação foi analisar o processo de formação do Jumafi (Jovens Unidos para a Mobilização da Fazenda Ipanema), grupo de jovens do Assentamento Rural da Fazenda Ipanema, localizado no município paulista de Iperó, motivado pela busca de alternativas de geração de renda ambiental e socialmente sustentável sob a luz da educação ambiental. Desse modo, concluí ser necessário construir uma análise a partir de uma visão de complementaridade de ações, da compreensão da lógica da ação coletiva dos grupos sociais existentes na comunidade e de uma análise comportamental sobre as iniciativas e a história de formação dos grupos locais, das experiências coletivas vividas pelos agricultores e, principalmente, por meio da experiência vivida pelos jovens na organização do Jumafi. Centrei minha análise na noção de participação e organização social, analisando a formação dos grupos e os aspectos da vida cotidiana. Utilizando elementos da pesquisa social qualitativa e outros procedimentos da pesquisa participante, realizei o acompanhamento do desenvolvimento desses grupos, a fim de apreender os elementos que favorecem ou impedem a ação coletiva em grupos de jovens, buscando perceber as fortalezas e as oportunidades vistas por eles no trabalho coletivo. Esta pesquisa esteve dividida em dois momentos: Tempo 1 – que se refere ao momento da observação participante

e de entrevistas, em que se deu o contato com os jovens do assentamento, o início do envolvimento, a formação do grupo Jumafi e, também, todo o planejamento das ações do grupo; e Tempo 2 – momento de acompanhamento do desenvolvimento do grupo Jumafi, momento da ação dos jovens, da gestão das idéias, a fim de colocar em prática as atividades planejadas. No momento 1 da pesquisa, o grupo grande (Jumafi) demonstrou enorme dificuldade em lidar com o trabalho coletivo, em colocar em prática o planejamento das atividades previstas, assim como em manter a convivência e a frequência nos encontros entre os membros do grupo. Aspectos como confiança, afetividade, afinidade e respeito foram elementos identificados por eles como fundamentais para o êxito de um trabalho dessa natureza. No segundo momento da pesquisa, embora o grupo Jumafi tenha optado por continuar o trabalho para a busca de alternativas de geração de renda, foi dada ênfase a um novo formato, por meio de grupos pequenos de afinidade e convivencialidade. Concluindo, foi possível perceber que o tamanho do grupo e os aspectos de convivencialidade têm uma forte influência nos aspectos de formação, organização e gestão do espaço coletivo, bem como a forma com que os indivíduos percebem a natureza e estabelecem seus vínculos de respeito e afeto. O trabalho com jovens e o formato pequeno de grupos favorece a participação em grupo, proporciona um senso de responsabilidade maior pelo trabalho, favorece a organização voluntária, os laços afetivos e de troca, havendo espaço para uma participação mais democrática, favorecendo a autonomia dos participantes e a formação de novas lideranças na comunidade. Os grupos organizam-se para a auto-expressão, possibilitando maior troca entre os integrantes e maior franqueza nos sentimentos ligados à participação coletiva. Além disso, esse tipo de organização pode, futuramente, favorecer a ação articulada com a comunidade, permitindo uma atuação em rede. O arranjo metodológico, utilizando elementos da pesquisa participante e da pesquisa qualitativa, favoreceu a participação dos jovens, possibilitando maior expressão dos participantes em relação à pesquisa. Tendo em vista esses resultados, refleti ainda sobre o papel da intervenção social em trabalhos de educação ambiental, concluindo que essas intervenções devem estar apoiadas em um referencial teórico elaborado com base nas necessidades sentidas em campo, podendo ser o caminho para a implementação de um processo educativo continuado. (Palavras-chave: ecologia; educação; grupos sociais; organização social; reforma agrária.)

 Gomes, Ramonildes Alves. A representação social da qualidade de vida no horizonte da juventude rural. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas, setembro de 2003.

Resumo: Este ensaio consiste numa reflexão a partir das informações apreendidas na pesquisa que está em andamento, por ocasião do trabalho de tese que está sendo desenvolvido. Dessa forma, tomo como eixo teórico a noção de estilos de vida e apropriação de capital cultural presente na obra de Pierre Bourdieu. Os dados analisados resultam de transcrições relativas a um grupo de discussão realizado com nove jovens das três agrovilas do perímetro irrigado de São Gonçalo, localizado no município de Sousa, no semi-árido paraibano, com o intuito de analisar como a diminuição das fronteiras entre o rural e o urbano faz emergir uma representação da qualidade de vida para esses jovens que incorpora indicadores sociais como educação, saúde, lazer e trabalho, mas também valores ressignificados, entres estes a noção de pertencimento ao grupo, as redes de parentesco e a terra como substrato cultural de identificação. (*Palavras-chave:* estilo de vida; capital cultural; jovens.)

 Holanda, Maria Iolanda Maia. A construção da identidade coletiva dos semterra: um estudo a partir do cotidiano dos alunos do Pronera. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

Resumo: Os alunos da educação de jovens e adultos rumo à construção de uma identidade coletiva de trabalhadores rurais sem-terra nas áreas de assentamentos. Este é o tema central desta dissertação, cujo propósito é verificar os aspectos constitutivos da identidade coletiva desses sujeitos engajados em um projeto alternativo de sociedade em áreas de assentamentos da região metropolitana de Fortaleza. O pano de fundo das análises é a experiência pedagógica que está sendo implementada no Assentamento Córrego do Quixinxé pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), desenvolvido pela Universidade Federal do Ceará em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Para a realização da pesquisa, utilizamos a metodologia qualitativa, baseada no método de inspiração dialética que percebe o sujeito histórico em sua concretude. Os recursos utilizados foram as entrevistas abertas e semi-abertas e as ob-

servações participantes. Por intermédio deles, procuramos compreender as interlocuções que se dão no cotidiano desse assentamento, observando as condições de vida, de trabalho, o nível de engajamento na organização do assentamento e a possível contribuição da educação desenvolvida por esse projeto na afirmação dessa identidade. Analisando suas falas ou discursos, tentamos captar as representações que eles fazem da realidade física, social e política em que se acham inseridos e na qual produzem significações num movimento de relacionamento entre o indivíduo e o mundo. Para entendermos os principais condicionantes formadores dessa identidade e a possível contribuição da educação de jovens e adultos nesse processo, enfocamos no primeiro momento as transformações que vêm ocorrendo no mundo e as consequências para o campo. Em seguida, consta um estudo dos movimentos sociais do campo e as perspectivas de uma educação alicerçada na dinâmica desses movimentos. E, num terceiro momento, procuramos analisar o processo, às vezes contraditório, da construção de suas identidades de semterra, buscando situar o princípio estruturador e os traços identificadores dessa construção coletiva. A pesquisa demonstrou que os alunos das ações educativas do Pronera – alfabetização de jovens e adultos e escolarização em nível do ensino fundamental – externam os valores e constroem sua própria identidade em níveis heterogêneos de pensamento e de intervenção no cotidiano. É possível detectar também um sentido forte de "pertença" a algo em construção que os identifica como sujeitos construtores de novas formas de organização, numa relação mais horizontal entre eles e de ruptura com as velhas relações sociais de dominação até então desenvolvidas no campo. A par disso, há uma necessidade ou mesmo ansiedade de domínio do saber sistematizado, vislumbrado como mais um meio concreto de contribuição na ruptura com as velhas formas de dominação. Há ainda uma consciência crescente de que a emancipação dos trabalhadores é um marco a ser perseguido por meio de um projeto diferenciado de sociedade e que, para sua concretização, é preciso desenvolver parcerias com entidades que tenham compromisso com a reforma agrária em uma perspectiva dos trabalhadores. (Palavras-chave: identidade; assentados; educação; movimentos sociais.)

 IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Juventude camponesa no submédio São Francisco: construindo uma ação sindical de geração. In: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (Alasru), Porto Alegre, novembro de 2002.

Resumo: Este texto pretende apresentar alguns elementos de sociologia da juventude rural a partir de uma experiência de assessoria que durante cinco anos tem colaborado para a construção de uma política sindical de geração voltada para a juventude numa situação camponesa. Tentar-se-á indicar o processo de definição desse setor social no mundo rural brasileiro, a disputa político-semântica em torno do tema do protagonismo juvenil, a presença da juventude rural para além dos modos tradicionais da reprodução do modo de vida camponês, as tendências, no submédio São Francisco, para a organização camponesa da juventude. (*Palavras-chave:* juventude rural; política sindical de geração; modo de vida camponês.)

 MENASCHE, Renata. O coral, o trabalho e a vida: espaços de sociabilidade e identidade em uma comunidade rural gaúcha. In: XXIV Reunião Brasileira de Antropologia, Olinda, junho de 2004.

RESUMO: A partir de pesquisa etnográfica realizada com famílias rurais de origem alemã de uma comunidade situada no Vale do Taquari-RS, tomando como metáfora dessa comunidade rural o coral ali existente, este estudo busca discutir as relações entre trabalho, espaços de sociabilidade e identidade em um contexto em que muitos jovens, permanecendo ali residentes, vêm sendo integrados às atividades econômicas urbanas ou mais estreitamente vinculadas a agroindústrias. (*Palavras-chave:* juventude; sociabilidade; identidade.)

 SALES, Celecina de Maria Veras. Tecendo sonhos, inventando formas de fazer política e cultura: notas sobre a dinâmica dos jovens no Movimento dos Sem Terra. IX Encontro de Ciências Sociais Norte—Nordeste Global — Local: Os desafios do milênio, Natal-RN, 1999.

RESUMO: Os jovens transgressores e rebeldes dos anos 1950 dão lugar aos idealistas e revolucionários dos anos 1960 e 1970. A juventude tornou-se desde então portadora de aspirações e mudanças, como se a ela fosse dele-

gada a função de articular uma política de revoluções. Nos anos 1990, muitos estudos analisam os jovens como desaparecidos da cena política, a imprensa estampa uma avalanche de crimes reais e virtuais cometidos pelos jovens. Contrapondo-se a essa visão de que os jovens estão ausentes dos espaços de participação política, os jovens do MST estão reinventando formas de fazer política, Neste estudo, interessa-nos compreender como os jovens do MST estão construindo formas de expressão política e cultural que possam representá-los como sujeitos produtores de cultura e de ações políticas, e se é possível produzir ações que coincidam com seus sonhos, suas utopias, com o desejo de construir uma outra percepção de mundo, outros sistemas de valores, desenvolvendo condições concretas que evidenciem mudanças reais na sociedade. É importante lembrar que a organização política em si não resolve o exercício ou a consolidação de práticas democráticas, elas podem também servir para reproduzir práticas discriminatórias de gênero, de classe, de raça. Buscaremos perceber neste estudo como as relações de gênero podem dar um novo significado às relações de poder no interior desta organização. (Palavras-chave: jovens; participação política; gênero; MST.)

• SALES, Celecina de Maria Veras. As práticas cotidianas dos jovens rurais: passividade ou formas inventivas de viver? (UFC). X Encontro de Ciências Sociais do Norte e do Nordeste do Brasil, Salvador, 2001(a).

Resumo: A importância da família para os jovens é um dado comprovado em várias pesquisas sobre juventude, aparecendo como espaço de sociabilidade, elo afetivo e ainda como núcleo de sobrevivência. A família rural, embora seja abordada ora pelo isolamento geográfico, ora pelos valores tradicionais, também representa um grupo de referência para a juventude. As transformações que vêm ocorrendo no mundo rural contemporâneo têm atingido diretamente as famílias, gerando um processo de envelhecimento e masculinização do campo. Isso se evidencia quando, sem perspectivas, muitos jovens, principalmente mulheres, saem do campo em busca de oportunidades de trabalho e melhoria de vida. Os jovens que permanecem com os pais vivenciam múltiplos desafios para sobreviver no campo, como falta de trabalho, lazer e conflitos advindos da tutela familiar. Nosso interesse é investigar o cotidiano das jovens e dos jovens das áreas de assentamentos rurais, conhecendo suas formas de relação com a família, com a comunidade e com outros jovens. Será que eles(as), por permanecerem no campo, estariam aceitando passivamente

essa realidade? Em que momento podem rebelar-se, questionar esse processo de segregação, de exclusão? É possível criar estratégias, dispositivos para reagir, resistir a essa realidade? Quais as iniciativas que vêm sendo experimentadas por eles(as) no sentido de inventar outras alternativas de trabalho e lazer, de produzir novas formas de relações com a família e com a sociedade? (*Palavras-chave:* assentamento rural; família; juventude.)

 SALES, Celecina de Maria Veras. Os jovens como criadores de multiplicidades culturais (UFC). X Congresso Brasileiro de Sociologia: Sociedade e Cidadania
 Novas utopias, Fortaleza- CE, 2001(b).

Resumo: Os jovens têm diferentes inserções na sociedade. Considerando essas diversidades, pretende-se conhecer as formas de expressões culturais dos jovens rurais, apreendendo as singularidades, as variações das práticas discursivas e corporais desses jovens, nas manifestações culturais dos seus eventos, tanto as programadas como as que escapam às programações definidas, momentos em que os jovens criam e recriam mais livremente maneiras alegres de viver. Os eventos artísticos, culturais e políticos de jovens rurais constituem um espaço de formação e sociabilidade. São acontecimentos que exercitam o corpo e o pensamento, podendo canalizar desejos e ações afirmativas. Essas manifestações dos jovens rurais seriam formas de produzir cultura como potência, como ação que transforma? Seriam táticas para enfrentar e inventar a realidade? Seriam maneiras de cultivar os sonhos e as utopias? (*Palavras-chave*: jovens; cultura; sociabilidade.)

 SALES, Celecina de Maria Veras. Criações coletivas da juventude no campo político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2003.

RESUMO: O presente trabalho propõe-se a compreender as formas singulares de fazer política presentes tanto na vida cotidiana como nos eventos político-culturais, principalmente aqueles programados pelo MST (marchas, acampamentos, cursos, concursos, etc.). Ao investigar as ações dos jovens nesses eventos e na vida cotidiana do assentamento, percebi que nos momentos coletivos, quando estão em contato com outros jovens, eles transfor-

mam os diversos espaços em momentos de formação e sociabilidade. Durante os eventos políticos e culturais, os jovens sempre inventam programações que escapam às definidas, e na vida cotidiana recriam atividades rotineiras, transformando-as em lazer e conviviabilidade. Desse modo, as expressões culturais e o cotidiano são espaços privilegiados para esses jovens fazerem política, quando reinventam coletivamente esses espaços. Para analisar essa problemática, optei pelo estudo do Assentamento Rural Antônio Conselheiro, município de Ocara-CE, coordenado pelo MST. Observei esses jovens no Assentamento e nos eventos sociais e políticos, e, nesse percurso, pude também observar outros jovens, de outros assentamentos, municípios, regiões e estados. O trabalho de campo foi realizado por meio de cursos de formação política, marchas, acampamentos na cidade e no campo, noites culturais, jornadas socialistas, encontros regionais da juventude, encontro estadual do MST, oficinas de gênero com jovens, mulheres e em reuniões de grupos de jovens nos assentamentos, buscando compreender quais relações se estabelecem entre a formação e a vivência política. Os recursos utilizados foram a observação direta, o registro no diário de campo e as entrevistas, técnicas estas que foram importantes para captar informações acerca das atividades dos jovens investigados. (*Palavras-chave*: jovens; vida cotidiana; sociabilidade; MST.)

SPANEVELLO, Rosani M.; LAGO, Adriano; VELA, Hugo G. Juventude rural: associativismo e lazer como forma de desenvolvimento social. In: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (Alasru), Porto Alegre, novembro de 2002.

Resumo: Este trabalho procura demonstrar como o associativismo para o lazer se pode tornar um fator de desenvolvimento social. Partindo do estudo que caracterizou 285 associações na região do Corede-Centro-RS, aprofundamos este estudo nas Associações Rurais de Bem-Estar Social, por meio de entrevistas com seus membros, em que está incluída a Associação dos Jovens Rurais do Município de Cerro Branco (Ajurceb), fundada por iniciativa dos jovens, sendo o objeto de cooperação o lazer. A Ajurceb integra 175 jovens rurais, que por meio de encontros de lazer e formação privilegiam a participação e a comunicação com outros jovens, com outros grupos e com a comunidade. O associativismo dos jovens ou entre eles mostra-nos o quanto é importante sua participação e sua dinâmica na construção do desenvolvimento social local e regional. (*Palavras-chave:* juventude rural; associativismo; lazer.)

PAIVA E SOUZA, Paulo Ricardo de. Quando o olho vira boca: avaliação das estratégias de comunicação rural e o protagonismo juvenil no Projeto Escola de Vídeo da organização não governamental Auçuba. Dissertação (Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural), Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2000.

RESUMO: Este trabalho teve como principal objetivo avaliar o Projeto Escola de Vídeo, desenvolvido pela organização Auçuba - Pesquisa e Documentação. Buscamos entender como funcionam as estratégias comunicacionais utilizadas no projeto como ações de fomento à participação dos jovens envolvidos com as atividades da instituição. Nossa intenção foi identificar se essas ações, as quais entendemos como de comunicação rural, permitem que os jovens sejam sujeitos nas atividades propostas no projeto e se elas são compatíveis com a realidade contemporânea, conhecida como a "Era Tecnológica". Trabalhamos com base nos estudos pós-modernos sobre comunicação e fomos buscar em Cecília Maria Peruzzo e Antônio Carlos Gomes da Costa o suporte teórico sobre participação. Em Peruzzo obtivemos as modalidades de participação nas quais estaria inserida a proposta do Auçuba, e em Gomes da Costa fomos buscar o conceito de protagonismo juvenil e o método de avaliação desse protagonismo. A coleta de dados consistiu de entrevistas com os jovens e os educadores do Projeto Escola de Vídeo, análise de material audiovisual gravado pelo próprio Auçuba, consulta a documentos do Projeto, versões apresentadas aos financiadores, fichas de avaliação, produtos do projeto e a aplicação de técnicas de observação em uma turma em andamento. Nossas conclusões foram que o Projeto tem um potencial participativo claro, mas necessita estruturar suas atividades elaborando melhor suas ações e suas estratégias comunicacionais para alcançar o objetivo de garantir uma participação autogestora dos adolescentes envolvidos. (Palavras-chave: comunicação rural; educação; protagonismo juvenil; juventude; estratégias comunicacionais.)

• VIEIRA, Jadcely Rodrigues. *Jovens assentados rurais*: um estudo sobre os valores e as aspirações de jovens num contexto de assentamento rural. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Recife, 2002.

RESUMO: O objeto deste trabalho é analisar os jovens num contexto de assentamento rural, buscando conhecer suas principais características e suas

reais perspectivas de vida. Além dos jovens, o estudo analisa também aspectos da comunidade onde estes estão inseridos. A pesquisa foi realizada a partir de um estudo de caso. Foram aplicados questionários com os pais e os jovens, feitas reuniões de grupos temáticos e gravadas entrevistas com pessoas da comunidade que participaram ativamente da luta pela terra. O estudo abrange temas como: trabalho, lazer, vida no assentamento, família, música, profissão, drogas, sexo, política, etc. Este estudo foi realizado no Assentamento Padre Gino, localizado nas proximidades da cidade de Sapé-PB. (*Palavras-chave:* jovens assentados rurais; luta pela terra; valores; aspirações.)

III. Juventude rural e inserção no trabalho

Brandt, Grazielle Betina. A dúbia exclusão de jovens do interior. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas, setembro de 2003.

RESUMO: A questão da exclusão vem suscitando controvérsias, principalmente por sua falta de transparência teórica. Como excluído se entende, geralmente, quem está fora do mercado de trabalho e sem condições de competir e consumir. No meio urbano, percebe-se que muitos deles formam um grupo que poderíamos chamar de os excluídos do interior. O presente artigo tem o interesse de ressaltar que a exclusão dos jovens do interior não é apenas um problema de ordem estrutural. Trata-se também de uma questão cultural atrelada à lógica da ocupação e da transmissão fundiária e à sua organização socioeconômica (Brumer et al., 2002). A literatura especializada revela que a exclusão social do jovem na hinterlândia brasileira também difere conforme a matriz histórica de cada região e está ligada às transformações territoriais contemporâneas, que globalizam algumas regiões em detrimento de outras. Nesse contexto de desigualdade regional, pode-se analisar o fenômeno da exclusão dos jovens do interior por meio do modelo de ajustamento da oferta e da procura de trabalho (labor-force adjustement model) entre regiões. Por meio de entrevistas realizadas com jovens rurais na região do Brasil meridional, buscar-se-á subsídios para evidenciar esta análise. (Palavras-chave: jovens do interior; exclusão; trabalho.)

 Brumer, Anita; Rosas, Eduardo Nunes L.; Weisheimer, Nilson. Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar. In: Congresso da International Rural Sociology Association (Irsa), 10, Rio de Janeiro, 2000.

RESUMO: O objetivo principal deste trabalho é examinar como a organização do trabalho familiar e a forma de distribuição da renda entre os membros da família influenciam as possibilidades de fixação dos jovens no campo. O trabalho fundamenta-se em dados coletados em duas regiões do Rio Grande do Sul (Vale do Caí e Litoral), nas quais varia a forma de organização do trabalho entre os membros da família rural. Os dados incluem cerca de duzentos questionários padronizados, respondidos por produtores rurais, e várias entrevistas não estruturadas realizadas com jovens. Os aspectos centrais da análise são a divisão do trabalho por sexo e idade e a parceria entre membros da mesma família. Nesta última situação, os jovens geralmente têm uma certa autonomia e recebem diretamente parte da renda, o que tem favorecido seu interesse em permanecer na agricultura. A análise inclui ainda o exame de alguns fatores relacionados com a forma de divisão do trabalho (tamanho da propriedade, sistema de produção, forma de comercialização e volume da renda) e as explicações oferecidas pelos produtores para a divisão do trabalho adotada. (Palavras-chave: juventude rural; divisão do trabalho.)

 Castro, Elisa Guaraná de; Macedo, Sandra Iglesias. A migração dos jovens do campo e sua inserção no mundo do trabalho. Programa do Jovem Empreendedor. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, outubro de 2001.

RESUMO: Este texto elaborado para subsidiar a atuação de grupos de jovens rurais busca analisar diversos aspectos do problema da migração dos jovens e de sua inserção no trabalho. O contexto da saída do jovem rural do campo é visto sob uma ampla perspectiva do êxodo rural brasileiro. Com base nas pesquisas realizadas por Abramovay (1998), Carneiro (1998) e Deser (1999), enfatizam-se as diferentes percepções dos jovens rurais, buscando constituir os alicerces para um debate de caminhos que minorem causas e conseqüências desse êxodo. (*Palavras-chave:* juventude rural; migração; trabalho.)

 DESER/Comissão de Jovens do Fórum Sul dos Rurais da CUT. Perspectivas de vida e trabalho da juventude rural da região Sul. Convênio: Ceris/Fórum Sul dos Rurais da CUT/Deser (mimeo.), 1999.

RESUMO: Trata-se de pesquisa realizada no oeste catarinense focando os jovens da agricultura familiar, debatendo questões principalmente ligadas à educação, ao trabalho, a migrações e a visões sobre o rural e o urbano. O texto aponta que a juventude rural da região Sul representa aproximadamente 19% da população que mora na área rural, correspondendo a 1 milhão de pessoas entre 15 e 25 anos. Foram entrevistados 141 jovens (60% rapazes e 40% moças). A pesquisa revelou que existe um grande número de jovens que abandonam os estudos sem completar o ensino fundamental. Em geral, as moças tendem a estudar mais do que os rapazes. A grande maioria dos jovens trabalha unicamente em sua unidade de produção familiar, tendo a agricultura como atividade principal. Entre as atividades urbanas, os setores de serviços e de comércio, pouco qualificados, são os que mais absorvem a mão-de-obra jovem. A necessidade de obter um rendimento próprio para cobrir gastos de necessidades pessoais é o motivo principal que leva esses jovens a buscar uma ocupação fora do estabelecimento familiar. Os projetos de vida da juventude rural oscilam entre um projeto que valoriza a vida na área rural e um outro que valoriza a vida nas cidades, apresentando num mesmo discurso avaliações positivas e negativas dessas alternativas. (Palavras-chave: juventude rural; trabalho; perspectiva de vida.)

 Hoelzel, Flávia. O trabalho precoce e projetos de vida: um estudo em crianças e adolescentes do meio rural de Santa Cruz do Sul. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), Santa Cruz do Sul, 2000.

RESUMO: A dissertação analisa como a inserção precoce no trabalho nas lavouras de fumo em Santa Cruz do Sul interfere na decisão sobre o cancelamento da educação formal dos jovens do meio rural. A atual pesquisa, entendida, segundo Moll (1998), como "ação fundante da ciência por meio de processos de aproximação, inserção, compreensão e (re)construção da realidade", estabeleceu-se na interseção da realidade do homem do campo, nos seus laços de parentesco, Alavi (1973), nas implicações de uma ideologia

englobante à qual está subordinado e que norteia sua rede de significados simbólico-valorativos acerca do trabalho infantil e das políticas públicas existentes nas comunidades rurais. São abordadas as interseções (as relações) do modelo econômico regional, a ideologia que o sustenta e a prática de políticas públicas voltadas para a infância e a juventude na determinação do fenômeno. Impregnada de uma conotação cultural valorativa, a manutenção do trabalho infanto-juvenil é reforçada por meio da ideologia das agroindústrias do fumo e da dependência econômico-financeira dos produtores rurais, bem como da insuficiente e inadequada rede de serviços públicos existente na zona rural, principalmente na área da educação. O estado inercial em que se encontram todos os envolvidos no processo denota a naturalidade com que tal situação aparece aos olhos da sociedade em geral, não ocupando lugar central e constelador de significados nos problemas sociais cotidianos. A modernidade e seu consequente avanço tecnológico, gerando um aumento da arrecadação de tributos e da renda per capita do município, não têm favorecido ou melhorado o nível de qualidade de vida dos produtores rurais, por não existir uma rede de serviços públicos mais condizente com a realidade. A participação ativa de crianças e adolescentes nas etapas do processo do plantio de fumo se por um lado visa assegurar o aumento da renda familiar, por outro penaliza aqueles em diversas áreas do seu desenvolvimento bio-psico-sócio-cultural. As tensões derivadas da resistência ao englobamento ideológico e econômico das fumageiras, paralelamente ao surgimento dos dispositivos legais em prol do direito à educação formal de crianças e adolescentes ao longo da década de 1990, têm fecundado projetos alternativos no combate ao trabalho infanto-juvenil e ao abandono precoce da escolaridade no meio rural. Porém, a precária oferta, por parte do Estado, de uma rede de serviços na área da educação fundamental para os moradores da área rural, desde os tempos da imigração alemã em nosso município, tem contribuído para o não-reconhecimento da educação como ferramenta de valor ilimitado na vida de um indivíduo. O (re)conhecimento da história, dos valores, dos sentimentos da população em geral, principalmente da população infanto-juvenil do meio rural, visa redefinir as relações desta com o poder público, avançando na perspectiva de uma nova posição no cenário político, cultural e econômico. Busca-se tornar passado o processo de inclusão nos moldes em que se encontra, para então promovê-lo em um novo formato e conteúdo. Com intenção provocativa, novas questões surgem no campo da pesquisa, (re)significando e (re)alocando antigas e costumeiras concepções, na tentativa de aproximar o tema "trabalho infanto-juvenil e educação de crianças e jovens no meio rural com abandono

precoce da formação escolar" às discussões do cotidiano. São elencadas algumas alternativas, visando possibilitar melhores condições quanto à formação bio-psico-sócio-cultural e quanto à qualificação profissional, de forma que o direito de ser criança e a posterior vivência da sua juventude passem a ser postulados básicos e inerentes a toda uma classe até o momento esquecida. (*Palavras-chave:* trabalho precoce; crianças; adolescentes.)

 Iulianelli, Jorge Atílio Silva. Crianças e jovens no plantio de drogas ilícitas: uma abordagem a partir da garantia, promoção e reparação dos direitos dos camponeses no Brasil. Disponível em: http://www.secnetpro.com/celaju2004/.

RESUMO: Trata-se de pesquisa realizada na região de Itaparica-BA sobre os efeitos do plantio de drogas ilícitas para a vida camponesa. Temos mantido um levantamento sistemático de informações sobre as taxas de mortes por causa externa, especialmente entre os jovens, e as séries históricas têm demonstrado que um dos efeitos da política de erradicação de drogas é o incremento dessas mortes. Um levantamento feito com grupos focais de jovens sobre as atividades juvenis naquelas zonas rurais no plantio em geral e um levantamento, por meio de entrevistas abertas, com atores privilegiados oferecem uma visão dos efeitos desse plantio para o desenvolvimento da região em geral. (*Palavras-chave:* jovens; drogas ilícitas; política de erradicação das drogas.)

• LIMA, Marcelo Pereira. *Turismo e juventude no meio rural:* questões para um debate da sociologia rural. In: II Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anppas), Indaiatuba-SP, maio de 2004.

RESUMO: O texto apresenta uma revisão do debate travado na sociologia rural sobre os temas do turismo e da juventude rurais argumentando que o turismo rural emerge como expressão da pluriatividade e como alternativa de emprego para os jovens. Destaca-se ainda a necessidade de ampliação do debate teórico e de novas pesquisas empíricas nessas duas áreas, que, segundo o autor, carecem de investimentos analíticos por parte da sociologia. (*Palavras-chave*: juventude rural; turismo rural.)

 Monteiro, Lucira Freire. Bonecas e vassouras: vida e trabalho doméstico das adolescentes do campo na cidade. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Recife, 1996.

RESUMO: As relações de trabalho doméstico têm, nas últimas décadas, caracterizando-se como tendencialmente propícias às atividades de crianças e adolescentes do sexo feminino provenientes de famílias rurais pobres. Como profissão protegida pelo Estado em seu sistema de leis, o emprego doméstico tem conseguido grandes avanços. Paralelamente a isso, verificase que a figura da empregada jovem se tem tornado cada vez mais comum em lares de classe média alta e à margem da lei, sem qualquer formalidade nem fiscalização das autoridades. A ideologia da inferioridade do trabalho doméstico tem garantido a subordinação das trabalhadoras. Estas preferem ser tratadas como "quase da família" ou "quase de casa", em vez de serem designadas como "empregadas domésticas". Esse comportamento constrói disfarces que implicam a garantia de um tratamento digno e respeitoso. Tal mascaramento, cujo objetivo seria o de melhorar as condições de vida e trabalho, tem por consequência o total desconhecimento legal e a fiscalização estatal. Nessa atividade, ao mesmo tempo em que passam por um processo de ressocialização relativo ao aprendizado trazido da casa dos pais, adaptando-se à modernização e ao estilo de vida da classe média/alta urbana, essas meninas desenvolvem novos valores. A grande questão, no entanto, é a ausência de atenção por parte dos pais, dos patrões e do Estado. Assim, falta encaminhamento adequado à vida adulta e profissional. (Palavras-chave: meninas; atividade informal; emprego doméstico.)

 Tedesco, João Carlos. O empreendedorismo industrial dos jovens no meio rural: racionalidades empresariais e familiares. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas, setembro de 2003.

RESUMO: O estudo é resultado de uma pesquisa que fizemos no meio rural da região da Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, região esta composta basicamente por agricultores familiares, com intensa diversificação produtiva agrícola e não agrícola, com significativa presença de mão-de-obra que reside no meio rural. Analisamos o papel dos jovens e a questão de gênero nas práticas de trabalho que se desenvolvem nos ateliês de costura de tênis

e de bolas vinculadas ao ramo industrial calçadista da região. Priorizamos a análise unicamente dos ateliês no meio rural, os quais, individualmente, empregam dezenas de trabalhadores (comumente moças) em tempo integral, com a intenção de compreender alguns processos em torno da noção de empreendedorismo de jovens rurais, de gênero no trabalho, de relação entre trabalho agrícola e trabalho industrial no meio rural no espaço específico dos ateliês, da relação de gestão e de administração num cenário de convivência que vai muito além ou aquém de pressupostos da racionalidade administrativa empresarial, a relação entre empresa-mãe (terceirizadora) e pequenas empresas terceirizadas e prestadoras de serviços no meio rural, o cotidiano de trabalho, as repercussões disso para o desenvolvimento regional/local e suas implicações no âmbito da família, do rural/agrícola. (*Palavras-chave:* juventude rural; empreendedorismo; gênero.)

 Weisheimer, Nilson. Os jovens agricultores e o processo de trabalho da agricultura familiar. In: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (Alasru), Porto Alegre, novembro de 2002.

Resumo: O presente artigo versa sobre a participação dos filhos e das filhas de agricultores no processo de trabalho da agricultura familiar, analisando o cultivo do morango no Vale do Caí no Rio Grande do Sul. Os jovens de nosso estudo estão subordinados aos pais no processo de trabalho e padecem de um frágil reconhecimento social como agricultores. Destacamos ainda que a ocorrência de uma divisão sexual do trabalho entre filhos e filhas impulsiona estratégias diferentes de permanência ou ruptura com o trabalho agrícola por parte dos jovens. Essas estratégias tendem a refletir as intenções dos pais quanto ao processo sucessório do estabelecimento familiar. Esse caso empírico permite-nos delinear a construção dos jovens agricultores como uma categoria sociológica complexa em razão de sua peculiar socialização via trabalho familiar agrícola. (*Palavras-chave*: jovens agricultores; processo de trabalho; agricultura familiar.)

IV. Juventude e reprodução social na agricultura familiar

 ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.) Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998. 101 p.

RESUMO: O êxodo rural nas regiões de predomínio da agricultura familiar atinge hoje principalmente a juventude. As moças deixam o campo antes e numa proporção maior do que os rapazes. Este viés de gênero no êxodo rural não está ligado a oportunidades favoráveis no mercado de trabalho urbano, mas à precariedade das perspectivas assim como ao papel subalterno que continuam a ter as moças no interior das famílias de agricultores. Houve uma alteração no padrão reprodutivo das unidades familiares em relação ao que ocorria até o final dos anos 1960, quando existia um predomínio do minorato e uma fronteira agrícola a ser ocupada. Sucessão profissional, transferência hereditária e aposentadorias: em torno desses três termos é que se desenrolam os processos sociais por que passa a formação de uma nova geração de agricultores. A especificidade da agricultura familiar exige a continuidade do caráter familiar da gestão e do trabalho e suas dimensões não permitem de que dela dependam mais que uma família. Se o fizer, ela corre o risco de se inviabilizar economicamente. Nesse sentido, os conflitos sucessórios vão aparecer na relação direta de uma geração a outra. Como resultado, a pesquisa ressalta que a vontade de permanecer na agricultura é maior entre os rapazes membros de unidades familiares consolidadas e que o desenvolvimento de atividades produtivas não agrícolas no meio rural aparece como alternativa de revitalização desse meio, possibilitando a permanência das moças em suas comunidades, o que aponta a tendência de masculinização do campo. (Palavras-chave: juventude rural; gênero; padrões sucessórios.)

Brumer, Anita; Souza, Rebeca Hennemann Vergara de; Zorzi, Analisa. O futuro da juventude rural. In: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (Alasru), Porto Alegre, novembro de 2002.

RESUMO: A reprodução das unidades familiares de produção envolve a sucessão: a transmissão da propriedade para um ou mais herdeiros. Embora a legislação brasileira assegure a divisão igualitária dos bens, independente-

mente do sexo, observa-se que geralmente as mulheres são excluídas desse processo. Verifica-se, também, a ocorrência de uma migração rural—urbana seletiva, em que migra maior número de mulheres do que de homens. A pesquisa pretende analisar os conflitos e as tensões entre os herdeiros e como a sucessão influencia as perspectivas dos jovens rurais, de ambos os sexos, que têm de optar pela permanência ou pela saída do meio rural. A análise leva em conta: a) a oportunidade de trabalho independente da família; b) o acesso à educação; c) a perspectiva matrimonial com um agricultor; d) a possibilidade de herdar terra; e) o envolvimento na unidade produtiva; e f) o tamanho da propriedade e a renda familiar. A análise baseia-se em entrevistas, com roteiro não padronizado, com jovens de ambos os sexos. (*Palavras-chave:* jovens rurais; migrações.)

• Brumer, Anita. A reprodução geracional na unidade de produção familiar na agricultura: uma abordagem conceitual. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas, setembro de 2003.

Resumo: O trabalho pretende preencher uma lacuna existente nos estudos sobre juventude rural por meio do destaque e da discussão de alguns elementos do conceito de reprodução geracional na unidade de produção familiar na agricultura. Alguns dos aspectos destacados são: reprodução profissional ou reprodução da unidade produtiva; meios e níveis de reprodução profissional (com destaque para questões como herança da terra, formação profissional dos jovens e perspectiva de mudança na categoria profissional do produtor); fatores que facilitam ou dificultam a reprodução profissional; fatores explicativos do interesse de jovens (filhos e filhas de produtores familiares) em adotar a profissão dos pais; conseqüências da reprodução geracional. Para fundamentar a análise e a discussão, serão utilizados autores como Pierre Bourdieu e Patrick Champagne, assim como estudos empíricos realizados no Brasil. (*Palavras-chave:* juventude; reprodução geracional; agricultura familiar.)

 Brumer, Anita; Sevilla, Gabriela Garcia; Lopes, Milena Nunes. A inserção de mulheres jovens na agricultura familiar no extremo sul do Brasil. In: XI World Congress of Rural Sociology, Trondheim, Norway, julho de 2004.

RESUMO: O objetivo principal deste trabalho é analisar as perspectivas de permanência dos jovens agricultores no meio rural num enfoque de gênero. Procura-se explicar o menor interesse das jovens mulheres em permanecer na atividade agrícola por causa das formas diferenciadas em que são socializados rapazes e moças no trabalho agrícola e do limitado acesso das jovens mulheres a responsabilidades relativas à unidade produtiva, a uma renda própria e à herança da terra. (*Palavras-chave*: agricultura familiar; gênero; trabalho agrícola.)

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbano: campo e cidade no horizonte dos jovens.
 In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et al. (Org.) Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 97-117.

Resumo: O artigo analisa como a juventude é afetada pelas mudanças e pelas crises recentes no meio rural e como essa realidade é reelaborada na formulação de projetos individuais e familiares em contextos sociais e econômicos distintos: Nova Pádua na serra gaúcha e São Pedro da Serra na região serrana do Rio de Janeiro. Utilizando-se as classificações feitas pelo próprio meio em que a pesquisa ocorreu, chegou-se a dois critérios para definir o que é juventude: estar em fase de preparação para o ingresso no mercado de trabalho e não ter constituído ainda uma unidade familiar autônoma via casamento. Ressalta que ambos os critérios são frágeis e permeados de ambigüidades. Afirma que o jovem é aquele que se encontra numa fase caracterizada pela discrepância entre o projeto de vida vislumbrado e as atividades em realização. Desenvolve dois eixos de análise: a juventude rural no contexto socioeconômico e as novas mediações culturais vistas como a construção da modernidade. A autora aponta que a intensificação da comunicação entre universos culturais distintos e as fronteiras que distinguem rural e urbano tornam-se cada vez mais imprecisas nos projetos dos jovens. Conclui que as identidades locais não são mais sustentadas na homogeneidade de padrões culturais, mas na diversidade, e, principalmente, na maneira específica de combinar práticas e valores originários de universos culturais distintos, o que identifica como rurbanização. (*Palavras-chave:* juventude; identidade; rurbano.)

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural no contexto de novas ruralidades. In: IX
 Congresso Brasileiro de Sociologia, Porto Alegre, setembro de 1999.

RESUMO: As transformações do mundo rural desencadeadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano e com a expansão de atividades não agrícolas no campo (GRAZIANO DA SILVA, 1999) afetam particularmente os jovens, e basicamente de duas maneiras. De um lado, alternativas de emprego não-agrícola apresentam a possibilidade de melhor remuneração do trabalho em relação à lavoura familiar, o que abre o acesso a consumo de determinados bens (materiais e simbólicos) até então restritos à população urbana. De outro, a valorização da natureza como bem de consumo (e de contemplação) tem levado crescentes levas de turistas a localidades rurais, estimulando a maior aproximação e integração de sistemas culturais distintos. Nesse contexto, a juventude rural é instigada a questionar projetos sustentados em reprodução de modos de vida pautados na atividade agrícola e levada a reivindicar padrões de vida que incorporam valores e condições materiais tidos como "urbanos". Dessa síntese resultam novas possibilidades de permanência no campo sustentadas na reelaboração de identidades sociais de filhos de agricultores. O presente trabalho pretende discutir o papel da juventude na definição dessa nova ruralidade e de seus efeitos sobre a reprodução das famílias de agricultores. (Palavras-chave: juventude rural; identidades sociais; ruralidade.)

 Duqué, Ghislaine; Sousa, EMILENE Leite de. De geração a geração: um estudo sobre a disposição dos jovens em assumirem o trabalho agrícola, UFPB. In: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (Alasru), Porto Alegre, novembro de 2002.

RESUMO: Este estudo específico sobre a juventude rural é um dos temas de interesse do Grupo de Pesquisa sobre Agricultura Familiar (GPAF), constituído há vários anos na UFPB, cujo principal objetivo é verificar a viabilidade e a sustentabilidade das unidades familiares agrícolas no semi-árido paraibano. Dentre os fatores que possibilitam avaliar o sucesso econômico e social dessas unidades, destacamos a disposição dos jovens em permanecer no trabalho agrícola, o que garante que essas unidades serão repassadas de geração a geração. Com base nisso, essa vertente da pesquisa visou observar os aspectos que influenciam os filhos de agricultores na hora de decidir entre assumir

o trabalho agrícola ou partir. Para tanto, consideramos o desempenho econômico das unidades produtivas e os aspectos socioculturais (qualidade de vida, etc.). A metodologia utilizada apresentou duas vertentes: para verificar a viabilidade econômica, avaliamos o custo da propriedade e calculamos a renda obtida, verificando se essa renda permitia que a unidade familiar de produção fosse considerada viável. Para verificarmos a opinião dos jovens quanto às condições socioculturais, utilizamos, sobretudo, entrevistas semiestruturadas em torno de temas-chaves. Os resultados indicaram que, além do fator econômico, os laços afetivos e a pressão familiar têm importância fundamental no momento de decidir entre assumir ou não o trabalho agrícola. (*Palavras-chave*: geração; trabalho agrícola; juventude.)

HAYGERT, Maria Lúcia Lemos. De pai para filho: tecendo um novo território familiar. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

RESUMO: O estudo etnográfico está centrado na mudança nas relações geracionais da agricultura familiar do município de Quilombo, oeste de Santa Catarina, precisamente nas famílias cujos filhos passaram pela Casa Familiar Rural Santo Agostinho. A pesquisa parte da idéia inicial de que o saber do pai, central para a legitimidade da autoridade paterna na organização familiar tradicional, está sendo questionado quanto à sua eficiência para reproduzir a família. A interferência do processo educativo da Casa Familiar Rural, ao proporcionar uma troca de saberes que introduz a possibilidade de manutenção e, talvez, ampliação do patrimônio familiar, propicia aos jovens uma certa autoridade. O resultado é a construção de espaços de diálogo entre a autoridade fragmentada do pai e as autoridades múltiplas, tecendo um novo território familiar. (*Palavras-chave:* família; campesinato; Santa Catarina.)

Pereira, Jorge Luiz de Goes. Para além das fronteiras entre campo e cidade.
 In: XXIV Reunião Brasileira de Antropologia, Olinda, junho de 2004.

RESUMO: Trata-se de uma tese de doutorado que analisa as práticas e as representações sociais que orientam os projetos de vida dos jovens de duas localidades, tradicionalmente consideradas rurais, no município de Nova Friburgo-RJ. Dependendo do campo de possibilidades vivido individualmente

pelos jovens e das imagens construídas para campo e cidade, seus projetos de vida estarão orientados em certas direções. Tudo parece depender da relação entre localidade e município. Como método de pesquisa, trata-se de um estudo comparativo em que se busca ressaltar aquilo que aproxima as diferentes juventudes no campo. Observou-se que de variadas formas os jovens se aproximam daqueles considerados urbanos, principalmente nos seus modos de se vestir, falar e se relacionar, assim como nos seus interesses pela educação, pelo trabalho e pelo lazer. Entretanto, preferem continuar morando no campo, já que o consideram o melhor lugar para viver, algo legitimado pelo desenvolvimento do turismo (São Pedro da Serra) ou da agricultura (Baixada de Salinas). (*Palavras-chave:* jovens rurais; projetos de vida.)

 RIBEIRO, Tereza Cristina Almeida. A pluriatividade: uma alternativa de reprodução social da agricultura familiar? Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

RESUMO: Este trabalho está inscrito no atual debate sobre a agricultura familiar e suas estratégias de reprodução social. Refletir sobre esse tema implica pensar nas transformações que vêm ocorrendo no meio rural como um todo, em especial no Brasil, em que o rural não se caracteriza nem se confunde mais com o agrícola. Presencia-se uma verdadeira revitalização do meio rural, com uma ampliação do mercado de trabalho diante das alternativas de ocupação e renda geradas por meio das atividades não agrícolas. Neste estudo, parte-se da premissa de que a pluriatividade – a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas – contribui para o dinamismo das relações entre o urbano e o rural, bem como para a reprodução da agricultura familiar. Busca-se mostrar a dinâmica do novo rural no Estado de Pernambuco e, especialmente, no Assentamento de Barra Azul (Bonito-PE), analisando a pluriatividade como uma estratégia de reprodução social da agricultura familiar e sua relação com as condições de vida. Num primeiro momento, a preocupação recai sobre a evolução das atividades agrícolas e não agrícolas no Estado de Pernambuco por meio dos dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNADs/IBGE). Num segundo momento, qualifica-se a pluriatividade no projeto de Assentamento Barra Azul por meio de trabalho de campo com aplicação de questionários em 64 famílias residentes no Assentamento. Percebe-se que além da diversificação das atividades a pluriatividade relacionada ao ecoturismo, no caso, vem proporcionando a melhoria de renda, das condições de vida, bem como a permanência dos agricultores jovens no campo, configurando assim o "novo rural brasileiro". (*Palavras-chave*: pluriatividade; agricultura familiar; sustentabilidade.)

SIQUEIRA, Luiza Helena Schwantz de. Juventude rural: uma identidade em construção? In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas, setembro de 2003.

RESUMO: Este trabalho examina a possibilidade de existência de uma crise social na agricultura familiar, na medida em que os filhos dos agricultores não podem ou não querem exercer a mesma profissão de seus pais. Procura-se identificar as características sociais e econômicas que influenciam as asbirações educacionais e ocupacionais dos jovens, assim como suas opções de local de moradia (rural ou urbana). A pesquisa foi desenvolvida no município de Santo Cristo, localizado na região Fronteira Oeste, e no município de Candelária, localizado na região Vale do Rio Pardo, ambos no Estado do Rio Grande do Sul. Foram aplicados questionários padronizados e realizadas entrevistas com jovens rurais, alunos de escolas estaduais do ensino médio, na faixa etária de 14 a 25 anos. Levando-se em consideração que muitos jovens decidiram cursar o ensino médio na cidade após terem optado por uma escolha profissional não agrícola, a frequência a esse tipo de escola tende a reforçar ou a incentivar essa opção. Observam-se diferenças entre os jovens, pois as moças mostram maior inclinação a deixar a agricultura e o meio rural do que os rapazes. Embora as regiões pesquisadas tenham perfil socioeconômico diferente, o comportamento dos jovens em relação à atividade agrícola é praticamente o mesmo, pois, nas duas regiões, em sua maioria, eles formulam críticas semelhantes ao trabalho agrícola e descartam a possibilidade de suceder os pais como produtores rurais, pois recusam seu estilo de vida. (Palavras-chave: agricultura familiar; jovens rurais; aspirações.)

 SIQUEIRA, Luiza Helena Schwantz de. As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

RESUMO: O trabalho procura mostrar que existe uma crise social na agricultura familiar na medida em que os filhos dos agricultores não podem ou

não querem exercer a mesma profissão de seus pais. Procura-se identificar as características sociais e econômicas que influenciam a permanência ou não do jovem rural na unidade de produção familiar, bem como descrever os fatores que interferem no processo de sucessão profissional na unidade de produção familiar. A pesquisa foi desenvolvida no município de Santo Cristo, localizado na região Fronteira Oeste, e no município de Candelária, localizado na região Vale do Rio Pardo, ambos no Estado do Rio Grande do Sul. Foram aplicados questionários padronizados e realizadas entrevistas com jovens rurais, alunos de escolas estaduais do ensino médio, na faixa etária de 14 a 25 anos. Constata-se, no trabalho, que o sexo e a educação exercem um papel fundamental na perspectiva de permanência ou não do jovem na agricultura familiar. Embora as regiões pesquisadas tenham perfil socioeconômico diferente, o comportamento dos jovens em relação à atividade agrícola é praticamente o mesmo, pois estes se negam a suceder os pais como produtores rurais porque recusam seu estilo de vida, surgindo assim uma crise de identidade entre os jovens rurais. (Palavras-chave: agricultura familiar; jovens rurais; sucessão profissional; identidade.)

SILVESTRO, Milton Luiz; ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.); MELLO, Márcio Antonio;
 DORIGON, Clovis V.; BALDISSERA, Ivan Tadeu. Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120 p.

Resumo: Este trabalho procura conhecer as questões no processo sucessório da agricultura familiar do oeste de Santa Catarina. Identifica no conjunto das 9.190 propriedades familiares estudadas aquelas onde residem pelo menos um rapaz e uma moça com idade entre 13 e 29 anos. Examina as expectativas profissionais dos jovens agricultores e os principais determinantes da escolha profissional. Estuda os principais elementos de que se compõe o processo sucessório propriamente dito. Aponta proposições de políticas públicas voltadas para que os jovens agricultores possam construir um futuro profissional no meio rural. (*Palavras-chave:* jovens agricultores; processo sucessório; políticas públicas.)

SPANEVELLO, Rosani Marisa. Jovens rurais do município de Nova Palma-RS: situação atual e perspectivas. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural/Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

Resumo: Este trabalho apresenta um estudo sobre a situação atual e as perspectivas dos jovens rurais do município de Nova Palma, Rio Grande do Sul. Inicialmente, fez-se um levantamento bibliográfico relacionando a modernização da agricultura e seus impactos negativos com a agricultura familiar, e com ela os jovens rurais, abordando também as condições em que vivem e se desenvolvem na atualidade. Sob a forma de um estudo de caso, busca-se contemplar a situação atual da juventude rural de Nova Palma, baseando-se o trabalho em uma amostra de 56 jovens, de um total de 566. Os dados mostram jovens com bom nível de escolaridade, convivendo em famílias menores, com mais abertura para o diálogo e inseridos em uma dinâmica de trabalho que os envolve desde crianças. Os fatores limitantes e a construção de perspectivas por parte desses jovens apontam para questões mais próximas, como a família, até questões mais externas, como a globalização. Com base nessa situação, constatamos que essa juventude rural estudada é um segmento da agricultura familiar com claras condições de superar a visão de que os jovens não possuem muita perspectiva no meio rural nem fora dele, por meio de seu elevado nível educacional, das relações familiares e das percepções sobre o mundo que os cerca. (*Palavras-chave:* jovens rurais; perspectivas.)

 STROPASOLAS, Valmir Luiz. O movimento (migratório) da juventude rural: em busca do reconhecimento social e da cidadania. Revista Grifos, Unochapecó. Dossiê Migrações Internacionais. Organizadores: Arlene Renk e Vilson Antonio Cabral Jr., Chapecó: Editora Argos, 1993.

RESUMO: Este trabalho parte da hipótese de que o movimento migratório e reivindicatório dos jovens explicita problemas estruturais da sociedade que repercutem nas diversas dimensões do processo de desenvolvimento rural e não se explicam, exclusivamente, com variáveis econômicas. Ele indica também o questionamento das noções homogêneas e harmônicas de agricultura familiar, casamento e juventude, entre outras, e a redefinição de modelos culturais hegemônicos do que seja o rural, que reproduzem hierarquias e desigualdades de gênero e geração, prejudicando as iniciativas e

as aspirações dos jovens. Como resultado desta pesquisa, constato que, em busca de direitos de cidadania, os jovens transitam entre diferentes espaços da sociedade local, construindo uma matriz valorativa diversa e conflituosa, que complexifica, para quem vê de fora, os conceitos tradicionalmente atribuídos ao rural e ao urbano, sobretudo pelos agentes e pelas instituições externas. (*Palavras-chave:* juventude rural; gênero; cidadania.)

• Stropasolas, Valmir Luiz. O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos(as) de agricultores familiares de Ouro-SC. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002(a).

RESUMO: Este estudo coloca em relevo o que representa o rural na perspectiva dos jovens. A partir do resgate das concepções teóricas que afirmam a pertinência da adoção do conceito de rural para pensar as mudanças em curso na sociedade contemporânea, e que ressaltam a ruralidade como resultado de construções sociais em conflito, analiso as representações dos grupos sociais "esquecidos" no espaço rural, dos "outros" na agricultura familiar, particularmente mulheres e jovens. Para isso, realizo um estudo de caso na localidade de Ouro, Santa Catarina, dando vez e voz aos filhos e às filhas de agricultores familiares. Parto da hipótese de que o movimento migratório e reivindicatório dos jovens explicita problemas estruturais da sociedade que repercutem nas diversas dimensões do processo de desenvolvimento rural e não se explicam, exclusivamente, com variáveis econômicas. Ele indica também o questionamento das noções homogêneas e harmônicas de família, casamento e juventude, entre outras, e a redefinição de modelos culturais hegemônicos do que seja o rural, que reproduzem hierarquias e desigualdades de gênero e geração, prejudicando as iniciativas e as asbirações dos jovens. Como resultado desta pesquisa, constato que, em busca de direitos de cidadania, os filhos(as) de agricultores familiares transitam entre diferentes espaços sociais da sociedade, construindo uma matriz valorativa diversa e, muitas vezes, contraditória. Em decorrência, ampliam o conceito de rural até a sede das pequenas cidades e complexificam, para quem vê de fora, os conceitos tradicionalmente atribuídos ao rural e ao urbano, sobretudo pelos agentes e pelas instituições externas. (*Palavras-chave*: rural; juventude; cidadania.)

Stropasolas, Valmir Luiz. Jovens e a representação do rural. In: 23ª Reunião Brasileira de Antropologia, Comunicações Coordenadas, Gramado, junho de 2002.

RESUMO: Este estudo coloca em relevo o que representa o rural na perspectiva dos jovens. A partir do resgate das concepções teóricas que afirmam a pertinência da adoção do conceito de rural para pensar as mudanças em curso na sociedade contemporânea, analiso as representações dos grupos sociais "esquecidos", dos outros no espaço rural, particularmente mulheres e jovens. Para isso, realizo um estudo de caso na localidade de Ouro-SC, dando vez e voz aos filhos(as) de agricultores. Parto da hipótese de que o movimento migratório dos jovens explicita problemas estruturais da sociedade que repercutem nas diversas dimensões do processo de desenvolvimento rural e não se explicam exclusivamente com variáveis econômicas. Ele indica também o questionamento das noções homogêneas e harmônicas de família, casamento e juventude, e a redefinição de modelos culturais hegemônicos do que seja o rural, que reproduzem hierarquias e desigualdades de gênero e geração, prejudicando as iniciativas e as aspirações dos jovens. Como resultado desta pesquisa, constato que, em busca de direitos de cidadania, os filhos(as) de agricultores familiares transitam em diferentes espaços da sociedade, construindo uma matriz valorativa diversa e, muitas vezes, contraditória. Em decorrência, ampliam o conceito de rural até a sede das pequenas cidades e complexificam, para quem vê de fora, os conceitos tradicionalmente atribuídos ao rural e ao urbano, sobretudo pelos agentes e pelas instituições externas. (Palavras-chave: juventude rural; gênero; geração; cidadania.)

 STROPASOLAS, Valmir Luiz. O movimento (migratório) da juventude rural: em busca do reconhecimento social e da cidadania. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas, setembro de 2003.

RESUMO: Este trabalho parte da hipótese de que o movimento migratório e reivindicatório dos jovens explicita problemas estruturais da sociedade que repercutem nas diversas dimensões do processo de desenvolvimento rural e não se explicam, exclusivamente, com variáveis econômicas. Ele indica também o questionamento das noções homogêneas e harmônicas de agricultura familiar, casamento e juventude, entre outras, e a redefinição de modelos culturais hegemônicos do que seja o rural, que reproduzem hierarquias e desigualdades de

gênero e geração, prejudicando as iniciativas e as aspirações dos jovens. Como resultado desta pesquisa, constato que, em busca de direitos de cidadania, os filhos(as) de agricultores familiares transitam entre diferentes espaços da sociedade local, construindo uma matriz valorativa diversa e, muitas vezes, conflituosa, que complexifica, para quem vê de fora, os conceitos tradicionalmente atribuídos ao rural e ao urbano, sobretudo pelos agentes e pelas instituições externas. (*Palavras-chave:* juventude rural; gênero; cidadania.)

Stropasolas, Valmir Luiz. O valor do casamento na agricultura familiar. Revista de Estudos Feministas, v. 12, n. 1, jan.-abril 2004, Centro de Comunicação e Expressão, Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC, Florianópolis-SC.

RESUMO: O artigo aborda o questionamento de valores culturais na agricultura familiar e, especificamente, coloca em relevo as diversas representações que vêm sendo construídas por jovens e mulheres em torno da noção de casamento. Para discutir o significado, a importância e as redefinições em curso na categoria casamento, resgatam-se alguns depoimentos feitos por filhas(os) de agricultores familiares no âmbito da minha pesquisa de doutorado realizada na região oeste de Santa Catarina. A partir da análise das representações e das iniciativas da juventude rural, visualiza-se a emergência de conflitos no horizonte das escolhas dos modelos de família e casamento, processo que repercute nos projetos de vida formulados por moças e rapazes e que acarreta um viés de gênero no movimento migratório de jovens. (*Palavras-chave:* agricultura familiar; juventude; gênero; casamento.)

• Teixeira, Vanessa Lopes. Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

RESUMO: O meio rural atual não pode ser mais caracterizado exclusivamente pela agricultura. Novas atividades não agrícolas são responsáveis cada vez mais pela ocupação econômica do campo. A pluriatividade passa a ser uma importante estratégia de reprodução e tem assegurado a permanência dos pequenos agricultores no meio rural, num contexto em que as atividades agrícolas, por si só, não asseguram trabalho para todas as pessoas da unidade de produção nem renda suficiente para a produção da família. Esta dissertação analisa a dinâmica

da reprodução social de agricultores familiares de duas comunidades rurais na região serrana do Estado do Rio de Janeiro (Lumiar e São Pedro da Serra/Nova Friburgo) e sua relação com o turismo, à luz do debate sobre pluriatividade. O turismo tem proporcionado mudanças significativas na vida desses agricultores. Especulação imobiliária, diversificação e ampliação da oferta de trabalho para os membros das famílias dos agricultores relacionada ao comércio (pousadas, bares, restaurantes) e prestações de serviços (caseiros, pedreiros, faxineiras) são algumas transformações latentes para essas comunidades que até então viviam basicamente da agricultura. O recurso à pluriatividade tem garantido melhores rendas e condições de vida, permitindo assim a permanência dos jovens no campo não mais como agricultores exclusivos. (*Palavras-chave:* agricultura familiar; pluriatividade; turismo em áreas rurais.)

 Weisheimer, Nilson. Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz-RS. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

RESUMO: Analiso nesta dissertação o processo social de construção de projetos profissionais por jovens agricultores segundo sua condição de gênero. Para isso, foi desenvolvido um estudo de caso com agricultores familiares do bairro de Escadinhas, no município de Feliz-RS. Essa questão geral foi abordada a partir das dinâmicas internas das unidades de produção familiares, selecionando-se cinco variáveis: a condição fundiária relativa à posse e ao tamanho da unidade produtiva; a renda agrícola obtida pela família; a socialização dos jovens no processo de trabalho da agricultura familiar; as representações destes sobre o trabalho agrícola; e as avaliações sobre o modo de vida de seus pais. Busquei perceber a influência desses elementos na elaboração dos projetos profissionais dessa juventude. Os jovens agricultores são vistos como uma categoria específica caracterizada por uma singular inserção nos processos de produção e reprodução da agricultura familiar. Os projetos profissionais que indicam as disposições de rapazes e moças em permanecer ou não na agricultura familiar aparecem como resultado de fatores objetivos e subjetivos que implicam posições e papéis diferenciados desempenhados por eles no interior das unidades produtivas. Enquanto os filhos homens são preparados por um longo processo de socialização no trabalho agrícola como sucessores dos pais nessa atividade, o mesmo processo impulsiona as filhas mulheres a buscar sua inserção no mercado de trabalho não agrícola. (Palavras-chave: agricultura familiar; jovens agricultores; gênero; projetos profissionais.) �



Um novo projeto de desenvolvimento para o país passa pela transformação do meio rural em um espaço com qualidade de vida, acesso a direitos, sustentabilidade social e ambiental.

Ampliar e qualificar as ações de reforma agrária, as políticas de fortalecimento da agricultura familiar, de promoção da igualdade e do etnodesenvolvimento das comunidades rurais tradicionais. Esses são os desafios que orientam as ações do **Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD)**, órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) voltado para a produção e a difusão de conhecimento que subsidia as políticas de desenvolvimento rural.

Trata-se de um espaço de reflexão, divulgação e articulação institucional com diferentes centros de produção de conhecimento sobre o meio rural, nacionais e internacionais, como núcleos universitários, instituições de pesquisa, organizações não governamentais, centros de movimentos sociais, agências de cooperação.

Em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o **NEAD** desenvolve um projeto de cooperação técnica intitulado Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável, que abrange um conjunto diversificado de ações de pesquisa, intercâmbio e difusão.

Eixos articuladores

- Construção de uma rede rural de cooperação técnica e científica para o desenvolvimento
- Democratização ao acesso às informações e ampliação do reconhecimento social da reforma agrária e da agricultura familiar

O NEAD busca também

- Estimular o processo de autonomia social
- Debater a promoção da igualdade
- · Analisar os impactos dos acordos comerciais
- Difundir a diversidade cultural dos diversos segmentos rurais

Projeto editorial

O projeto editorial do NEAD abrange publicações das séries Estudos NEAD, NEAD Debate, NEAD Especial e NEAD Experiências, o Portal NEAD e o boletim NEAD Notícias Agrárias.

Publicações



Reúne estudos elaborados pelo **NEAD**, por outros órgãos do MDA e por organizações parceiras sobre variados aspectos relacionados ao desenvolvimento rural.



Inclui coletâneas, traduções, reimpressões, textos clássicos, compêndios, anais de congressos e seminários.



Apresenta temas atuais relacionados ao desenvolvimento rural que estão na agenda dos diferentes atores sociais ou que estão ainda pouco divulgados.



Difunde experiências e iniciativas de desenvolvimento rural a partir de textos dos próprios protagonistas.

Portal

Um grande volume de dados é atualizado diariamente na página eletrônica www. nead.org.br, estabelecendo, assim, um canal de comunicação entre os vários setores interessados na temática rural. Todas as informações coletadas convergem para o Portal NEAD e são difundidas por meio de diferentes serviços.

A difusão de informações sobre o meio rural conta com uma biblioteca virtual temática integrada ao acervo de diversas instituições parceiras. Um catálogo *on-line* também está disponível no Portal para consulta de textos, estudos, pesquisas, artigos e outros documentos relevantes no debate nacional e internacional.

Boletim

Para fortalecer o fluxo de informações entre os diversos setores que atuam no meio rural, o **NEAD** publica semanalmente o boletim *NEAD Notícias Agrárias*. O informativo é distribuído para mais de 10 mil usuários, entre pesquisadores, professores, estudantes, universidades, centros de pesquisa, organizações governamentais e não governamentais, movimentos sociais e sindicais, organismos internacionais e órgãos de imprensa.

Enviado todas as sextas-feiras, o boletim traz notícias atualizadas sobre estudos e pesquisas, políticas de desenvolvimento rural, entrevistas, experiências, acompanhamento do trabalho legislativo, cobertura de eventos, além de dicas e sugestões de textos para fomentar o debate sobre o mundo rural.

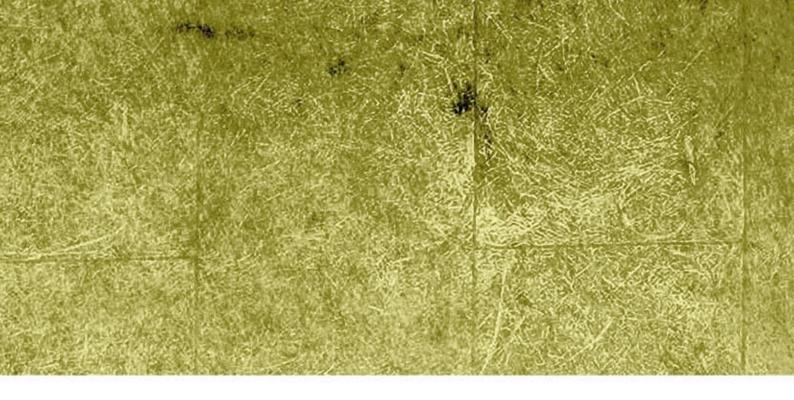
Visite o Portal www.nead.org.br

Telefone: (61) 3328 8661 E-mail: nead@nead.gov.br

Endereço: SCN, Quadra 1, Bloco C, Ed. Brasília Trade Center, 5º andar, Sala 506

Brasília/DF CEP 70711-901

O texto deste livro foi composto em Warnock, com títulos compostos em Conduit, e impresso sobre papel offset em julho de 2005.





Ministério do Desenvolvimento Agrário



